

**Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Secretaria de Auditoria**

Relatório de Fatos Apurados
(Avaliação da gestão da manutenção
predial no âmbito do TRT da 3ª Região)

ANEXO I

Processo de Auditoria: 6001677/2025-00

Órgão Auditado: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Cidade Sede: Belo Horizonte/MG

Auditores: José Tadeu Tavernard Lima (Secretário de Auditoria)
Sonaly de Carvalho Pena
Carlos Eduardo Palhares Pettengill

outubro/2025

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Fatos Apurados (RFA) refere-se à auditoria de avaliação da gestão da manutenção predial no âmbito do TRT da 3ª Região, cuja inspeção *in loco* transcorreu no período de 5 a 9 de maio de 2025, em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria do CSJT para o exercício de 2025 (ATO CSJT.GP.SECAUDI 113/2024).

Nos termos do artigo 119 do Regimento Interno do CSJT, foi concedido ao tribunal o prazo de quinze dias para apresentação de esclarecimentos, informações ou justificativas acerca dos achados de auditoria.

Este relatório reúne os elementos constantes do RFA preliminar encaminhado ao TRT, acrescidos da manifestação do próprio tribunal e da análise conclusiva da equipe de auditoria, na qual se examina a procedência ou não dos achados inicialmente identificados.

SUMÁRIO

1. ACHADOS DE AUDITORIA 4

A estruturação de processos de manutenção predial, utilizando, de forma integrada, técnicas de gestão de riscos, são elementos de base necessários para a adequada atualização do normativo interno e dos planos de manutenção predial vigentes, com vistas ao alinhamento das práticas do TRT com a política aprovada pelo Plenário do CSJT. 4

A elaboração de planos de manutenção predial com base nas informações técnicas sistematizadas pela Resolução CSJT 365/2023, integrada à capacitação contínua das equipes, à definição de processos e ao uso de ferramentas adequadas de apoio à gestão, constitui requisito essencial à efetividade da Política de Manutenção Predial do TRT da 3ª Região. 17

A coerência entre os Planos de Manutenção Predial e os demais instrumentos de planejamento institucional, como o Plano Plurianual de Obras e Aquisição de Imóveis, o Plano de Contratações Anual e o Plano de Logística Sustentável, constitui elemento estruturante para a efetividade da Política de Manutenção Predial do TRT da 3ª Região. 23

A tempestividade das medidas mediatas e imediatas de alocação do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte tem o potencial de reduzir o interregno temporal para o retorno das atividades de audiências presenciais e de incluir ou excluir os prédios do quarteirão 26 entre as alternativas definitivas de alocação daquele fórum. 37

2. GLOSSÁRIO DOS TERMOS UTILIZADOS NO RELATÓRIO 58



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

1. ACHADOS DE AUDITORIA

ACHADO DE AUDITORIA		A - 1
DESCRIÇÃO DO ACHADO:	A estruturação de processos de manutenção predial, utilizando, de forma integrada, técnicas de gestão de riscos, são elementos de base necessários para a adequada atualização do normativo interno e dos planos de manutenção predial vigentes, com vistas ao alinhamento das práticas do TRT com a política aprovada pelo Plenário do CSJT.	
SITUAÇÃO ENCONTRADA:		
<p>As disposições constantes do artigo 77, caput, do Decreto-Lei 9.760/1946 atribuem competência ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região para administrar os bens imóveis próprios da União a seu cargo, aplicados em serviço público.</p> <p>Em 2023, o Plenário do CSJT, no exercício da competência normativa secundária de expedir normas gerais de procedimento relacionadas ao sistema de material e patrimônio (artigo 7º, inciso II, do RICSJT então vigente), instituiu, por meio da Resolução CSJT 365/2023, a Política de Manutenção Predial da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.</p> <p>Com vigência desde 19/10/2023, a norma estabelece a data-limite de 19/10/2024 para o desenvolvimento e implantação de Plano de Manutenção Predial, a partir da <u>utilização da técnica de gestão de riscos</u>¹.</p> <p>Dito de outra forma, a norma concedeu o prazo de 1 (um) ano para que a alta administração realizasse a identificação, análise, <u>avaliação e tratamento dos diferentes tipos de riscos</u> que a gestão da manutenção predial pode enfrentar, como riscos estratégicos, operacionais, ambientais, tecnológicos, entre outros.</p> <p>Em seguida, partindo da definição do tratamento a ser dado aos riscos identificados, restaria o dever de <u>normatizar os processos estruturados</u> para a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades, inclusive no que se refere à forma como se dará o monitoramento da execução dos planos e a avaliação dos resultados obtidos.</p> <p>Tratando da execução econômica, eficiente e eficaz das atividades, caberia ainda à alta administrativa <u>estabelecer objetivos, indicadores de desempenho e metas</u> a serem perseguidas pelas atividades de manutenção predial, bem como acompanhar os resultados alcançados, nos termos das disposições constantes do artigo 5º, incisos I e VIII, do normativo em análise.</p> <p>Por último, desenvolver e <u>implantar os planos de manutenção predial, individualizados</u>, que, em um primeiro momento, se dirigem à manutenção de fóruns e unidades centrais de apoio ao primeiro grau e, em um segundo, até 19/10/2025, se dirigem a varas únicas e postos avançados².</p>		

¹ Art. 10. A gestão de riscos fomentará a elaboração do plano de manutenção predial, com o objetivo de minimizar danos aos ocupantes e ao patrimônio, bem como de direcionar as prioridades, o planejamento das ações e a avaliação do custo-benefício dos controles.

² Art. 12. Os prazos para desenvolvimento e implantação do Plano de Manutenção Predial pelo Tribunal observarão o seguinte:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Frisa-se que, no contexto do TRT da 3ª Região, o tema ganha relevância significativa, uma vez que ele tem, sob sua responsabilidade, 78 edificações, sendo que aproximadamente 60% delas com mais de 20 anos de idade. Além disso, elas estão distribuídas por 66 municípios, somam uma área construída de 165.225 m² e se enquadram em regimes de utilização variados, em especial, no de imóveis próprios e no de locados³.

No que se refere à efetiva utilização de técnicas de gestão de riscos, identificou-se que não houve progresso significativo na situação encontrada, por ocasião do levantamento sistêmico conduzido por esta SECAUDI/CSJT, no exercício de 2024.

Naquela oportunidade, o TRT informou, em resposta à RDI SECAUDI 6/2024, que não havia avaliação, tratamento ou monitoramento dos riscos, mas que estava realizando levantamento para a primeira versão do Plano de Gerenciamento de Riscos da Gestão Predial. Não se identificou a existência dessa primeira versão de plano.

Em relação à normatização de processos estruturados, também não se vislumbraram avanços no cenário retratado no relatório de levantamento. Naquela ocasião, foi disponibilizado um mapeamento bastante simplificado do "Recebimento e Encaminhamento Demandas de Manutenção Predial". Além disso, ele não foi mapeado a partir do desdobramento dos macroprocessos contidos na cadeia de valor do tribunal, notadamente em relação ao macroprocesso de apoio "Gestão administrativa".

A gestão de riscos e de processos são práticas interligadas e complementares. Enquanto a primeira identifica, avalia, trata e monitora os riscos que podem ameaçar os objetivos, a gestão de processos oferece uma visão detalhada e organizada do processo.

Sem os dados e informações colhidos na aplicação das técnicas supracitadas, faltam elementos suficientes para promover a normatização alinhada à política estabelecida pelo Plenário do CSJT.

Em consequência, permanece vigente, no âmbito do TRT, a Portaria TRT3/GP 188/2020 que, por ser anterior à Resolução Administrativa aprovada pelo Plenário do CSJT, não estrutura adequadamente o processo de trabalho de manutenção predial.

Constata-se, ainda, que a Portaria TRT3/GP 188/2020 não contempla diversos elementos estruturantes exigidos pelo artigo 5º do normativo em análise. Entre os dispositivos não atendidos, destacam-se: a ausência de diretrizes e metas específicas (alínea I); a inexistência de normas internas voltadas ao uso e à conservação dos imóveis (alínea II); a omissão quanto à previsão de alocação de recursos adequados e suficientes (alínea VI); a não garantia de equipe técnica em número compatível com as necessidades institucionais (alínea VII); a ausência de mecanismos formais de monitoramento da execução dos planos e de avaliação de seus

I - Para fóruns e unidades centrais de apoio ao primeiro grau: no primeiro ano, a partir da entrada em vigor desta Resolução;

II - Para as varas únicas e postos avançados: até o segundo ano após a entrada em vigor desta Resolução; e

³ Dados colhidos junto à Coordenadoria de Governança de Contratos e de Obras do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

resultados (alínea VIII); a não definição de estratégias de capacitação contínua dos servidores envolvidos (alínea IX); e a inexistência de designação formal de profissional legalmente habilitado para elaboração e implementação dos planos de manutenção (alínea X).

No que se refere ao estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas, também não houve evolução significativa nas práticas adotadas pelo TRT.

O Guia de Manutenção Predial da Justiça do Trabalho recomenda a adoção dos seguintes indicadores-chave:

- Tempo de resposta aos chamados de manutenção: mede o tempo decorrido entre o momento em que um chamado de manutenção é registrado e o momento em que a equipe de manutenção chega ao local para iniciar;
- Tempo de reparo: mede o tempo necessário para concluir o reparo ou para resolver um problema de manutenção, a partir do momento em que o trabalho é iniciado;
- Índice de satisfação dos usuários: mede a satisfação dos usuários ou clientes em relação aos serviços de manutenção prestados;
- Taxa de retrabalho: mede a frequência com que um trabalho de manutenção precisa ser refeito devido a problemas de qualidade, falhas na execução ou falta de conformidade com os requisitos.

Esses indicadores permitem avaliar de forma objetiva o desempenho operacional da manutenção predial, promovendo a melhoria contínua dos processos e a efetividade na utilização de recursos.

Verificou-se que os planos de manutenção predial dos Fóruns Trabalhistas de Belo Horizonte, Betim e Contagem mencionam apenas o uso da "Taxa de Atendimento" como indicador, definida como a razão entre o número de solicitações atendidas e o total de solicitações registradas. Esse indicador não possui parâmetros definidos, nem metas estabelecidas, e apresenta distorções devido à contabilização de chamados duplicados antes do atendimento efetivo.

A Secretaria de Gestão Predial informou, em entrevista, o uso adicional de indicadores como prazo de atendimento e quantidade de solicitações pendentes de agendamento, bem como a existência de regras contratuais para pagamento de diárias para os serviços prestados fora da capital por meio das notas fiscais (NS).

Ainda assim, essas medições não estão sistematizadas como parte de um painel de desempenho institucional, nem integram um modelo de avaliação da Política de Manutenção Predial.

Ademais, em teste de amostragem, verificou-se que o Contrato 23SR057 (relacionado aos Fóruns Trabalhistas de Belo Horizonte, Betim e Contagem) prevê cláusulas de medição por desempenho com base em Acordo de Nível de Serviço (ANS).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

OBJETO: REGIÃO	LICITAÇÃO CONTRATO	VIGÊNCIA REAJUSTE
Manutenção Predial: Região BH 1ª Instância (7) - Mato Grosso, Goitacazes, Amazonas, Pedro II e (Betim - Contagem - Nova Lima - Pedro Leopoldo - Ribeirão das Neves - Sabará e Santa Luzia)	PE 28/23 23SR057 30012/24 TA 80017/24 AP	(29/12/23 a 28/12/28) (01/06/24 a 31/05/25) e-PAD 28.424/24

Fonte: resposta à RDI SECAUDI 7/2025

Com base no Anexo 6 do Edital do Pregão Eletrônico 28/2023, entende-se que o tribunal utiliza o Índice de Medição de Resultados (IMR) e uma tabela de pontuação como base para aplicação de glosas.

Esse índice é computado mensalmente a partir de infrações e descumprimentos contratuais, em que cada descumprimento recebe 1 ponto por ocorrência, e a soma total define a faixa de desempenho.

Entre os diversos itens de verificação, extraíram-se estes, por estarem mais relacionados com os indicadores recomendados pelo guia:

- Falta de qualificação dos profissionais (item 2);
- Entrega de serviço incompleto (item 4);
- Deixar de providenciar recomposição de serviços inadequados (item 5);
- Deixar de utilizar material compatível com as especificações e qualidade mínima requerida (item 17);
- Atraso em atividades (item 22).

Não obstante a existência de cláusulas contratuais que estabelecem formas de medição por desempenho, verifica-se que essa sistemática se distancia da abordagem proposta pelo Guia de Manutenção Predial da Justiça do Trabalho. Enquanto os indicadores-chave de desempenho recomendados pelo guia – como tempo de resposta, tempo de reparo, índice de satisfação dos usuários e taxa de retrabalho – têm por finalidade mensurar a eficiência operacional e orientar ações de melhoria contínua na prestação dos serviços de manutenção, o IMR possui natureza predominantemente sancionatória, voltada à quantificação de infrações e aplicação de glosas contratuais.

Tal disparidade evidencia que a medição atualmente adotada no âmbito contratual não supre, de forma adequada, os requisitos de monitoramento e avaliação de desempenho institucional preconizados pela Resolução CSJT 365/2023, especialmente no que tange à alínea VIII do artigo 5º, que exige o acompanhamento sistemático da execução dos planos e da efetividade dos resultados obtidos.

Em relação à implantação de planos de manutenção predial, verifica-se que, sem a normatização de um novo processo de trabalho, a Secretaria de Gestão Predial elaborou e implantou, sem dados e informações suficientes, os planos supracitados para os fóruns e unidades centrais de apoio ao primeiro grau.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Não se identificou a existência da matriz RIME, ferramenta que associa dois fatores para a determinação de um ranking de importância das manutenções, constante do subitem 5.3.2 do Guia de Manutenção Predial da Justiça do Trabalho, e traz elementos imprescindíveis para a definição dos tipos de manutenção, a elaboração adequada de cronograma de manutenções e a definição de recursos necessários para as atividades, nos termos estabelecidos pelo artigo 11, incisos II, III e VI, da Resolução CSJT 365/2023.

Entende-se, na perspectiva do sequenciamento lógico, que, primeiramente, deve-se bem executar as técnicas de gestão de processos, em especial, a de mapeamento, e de gestão de riscos, para, posteriormente, se aprovar normativo interno com processos de trabalho alinhados à política nacional e, por último, se implantar os planos de manutenção predial com indicadores de desempenho apropriados.

Sem o adequado sequenciamento lógico das atividades, entende-se que a política não alcança a efetividade desejada pelo Plenário do CSJT.

Cabe ressaltar que, de acordo com o artigo 17, incisos III e IV, do Regulamento Geral do TRT da 3ª Região, as atividades relacionadas à gestão de processos de trabalho e à gestão de riscos competem à Secretaria de Governança e Estratégia, unidade subordinada à Presidência do TRT, cuja expertise pode contribuir para os aperfeiçoamentos citados.

A gestão de riscos é tema relativamente novo na Administração Pública e não soa razoável pretender que uma unidade técnica de engenharia, cujos integrantes exercem atribuições em relação um número considerável de edificações, desenvolva conhecimento avançado e execute, sem apoio especializado, as etapas necessárias e de forma adequada da técnica citada.

Assim, no que se refere ao adequado manuseio dos instrumentos de governança constantes da Política de Manutenção Predial do TRT da 3ª Região, quais sejam, a gestão de riscos e os planos de manutenção predial, nos termos do artigo 8º, incisos I e II, conclui-se que a alta administração daquela Corte Trabalhista, passados 1 (um) ano e 6 (seis) meses de vigência da norma, não adotou as medidas de base necessárias para a adequada atualização do normativo interno e dos planos de manutenção predial vigentes, nos termos da política estabelecida pelo Plenário do CSJT, cujos efeitos reverberam na qualidade dos serviços prestados pelas empresas contratadas para a realização das manutenções prediais das 78 edificações sob responsabilidade do TRT.

MANIFESTAÇÃO DO AUDITADO:

"Inadequação dos instrumentos dos planos de manutenção predial adotados pelo TRT em relação aos estabelecidos na Política de Manutenção Predial da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus."

Como dito no relatório de fatos apurados, este tribunal "tem, sob sua responsabilidade, 78 edificações, sendo que aproximadamente 60% delas com mais de 20 anos de idade", que estão distribuídas por 66 municípios, totalizando uma "área construída de 165.225 m² e se enquadram em regimes de utilização variados, em especial, no de imóveis próprios e no de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

locados”.

Pedimos vênia para pontuar algumas particularidades que envolvem o processo de reestruturação, adaptação e avanço de novos parâmetros e políticas em órgãos de maior porte, como é o caso deste tribunal.

Em que pese o prazo legal concedido pela legislação, é sabido que algumas mudanças encontram adversidades em sua prática.

Como mencionado pela comissão de auditoria, este tribunal possui uma metodologia para gestão de manutenção predial, que já conta com normatização interna desde 2020, por meio da Portaria TRT3/GP 188/2020.

Portanto, quando do advento da Resolução CSJT 365/2023, este tribunal já detinha, de forma estruturada e em funcionamento, procedimento interno de gestão dos processos de manutenção predial, que é dividido organizacionalmente de forma diversa ao considerado na atual normatização do CSJT.

Todavia, o prazo para a reestruturação que a implantação da nova política demanda foi exíguo, considerando a complexidade de sua concretização, o porte e especificidades deste Regional (alto número de edificações e extensão territorial do Estado).

Nesse sentido, é pertinente registrar que a gestão atual, iniciada em 2024 (Biênio 2024-2026), começou seus trabalhos na manutenção predial com contratos licitados antes da publicação da citada Resolução, com necessidade de realizar diversas correções nas edificações existentes, ao mesmo tempo em que se dispôs a promover melhorias, contando com a mesma estrutura organizacional e de pessoal. Isso se deu em um cenário de diminuição do número de servidores engenheiros, numa equipe já reduzida para gerir os 40 (quarenta) contratos que já estavam sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão Predial à época.

Decidiu-se, então, iniciar o cumprimento da Resolução pelas inspeções prediais *in loco*, com o levantamento da situação de cada edificação para, na sequência, sistematizar a Política de Manutenção Predial no TRT3.

Tal estratégia se justifica ainda mais por haver quesitos da Resolução que demandam soluções tecnológicas das quais não dispomos (fato a ser abordado adiante e devidamente detectado pela auditoria), além da falta de outros recursos (também detectados).

Nesse contexto, foram elaborados planos que constituem melhoria da gestão dos processos de manutenção predial, em claro avanço ao objetivo que se pretende cumprir.

Isso foi identificado pela própria comissão de auditoria, ao relatar que: “apesar das fragilidades identificadas, constatou-se que os planos de manutenção predial atualmente implantados no TRT3 apresentam razoável aderência à Resolução CSJT 365/2023, contemplando a caracterização dos imóveis, a definição dos tipos de manutenção aplicáveis, a elaboração de cronogramas por sistemas e equipamentos, a designação de responsáveis técnicos e a integração como Contrato 23SR057. Verificou-se ainda alinhamento conceitual com os preceitos da ABNT NBR 5674/2012, notadamente no que se refere à abordagem do ciclo de vida dos sistemas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

prediais e à gestão integrada das ações de manutenção.”

À guisa de exemplo, atualmente, os processos relacionados à manutenção predial que estão dentro do escopo da Secretaria de Gestão Predial encontram-se em fase de mapeamento. Para esse fim, foi elaborado, em conjunto com o Escritório de Processos de Trabalho - unidade técnica responsável pelo apoio metodológico e operacional ao mapeamento - cronograma das atividades (Evidência n. 1), já estando mapeado o processo de Demanda de Serviço de Manutenção Predial, conforme demonstrado no link

<https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/governanca-e-estrategia/processos/central-de-processos/gestao-administrativa/gerir-patrimonio-mobiliario-e-imobiliario/dadm-segpre-atendimento-a-demanda-de-servico-de-manutencao-predial>

Também estão definidos os seguintes processos a serem mapeados:

- Manutenção predial preventiva - capital
- Manutenção predial preventiva - interior
- Manutenção predial corretiva - capital
- Manutenção predial corretiva - interior
- Manutenções preventivas e corretivas em condicionadores de ar capital e interior
- Manutenções preventivas e corretivas em sistemas centrais de ar condicionado
- Manutenções preventivas e corretivas em elevadores, capital e interior
- Manutenção preventiva de sistemas de combate a incêndio
- Atendimento a demandas de telefonia fixa - PABX
- Atendimento a demandas de telefonia fixa - VoIP
- Atendimento a demandas de telefonia móvel
- Contratos - Aditivos
- Contratos - Reajustes
- Contratos - Apostilamento
- Gestão dos Planos de Manutenção Predial (PMP's)
- Tratamento e envio de Notas Fiscais para Pagamento

A referida Portaria TRT3/GP 188/2020 permanece em vigor no TRT3 enquanto não se conclui o processo de adaptação às diretrizes da Resolução do CSJT. Nesse ínterim, já foi elaborada e está em fase de revisão a Política de Manutenção Predial do TRT3, tratando da regulamentação dos seguintes itens, dentre outros:

- a) Diretrizes e metas específicas;
- b) Criação de um guia para conservação das 78 unidades do tribunal;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- c) Previsão da alocação de recursos adequados e suficientes;
- d) Garantia de equipe técnica em número compatível
- e) Sistemática para a gestão do PMP's;
- f) Necessidade de capacitação contínua dos servidores; e
- g) Designação formal de profissional legalmente habilitado pela gestão dos planos.

(Evidência n. 2)

"Observância aos indicadores recomendados pelo guia de manutenção predial da Justiça do Trabalho"

A definição de objetivos, metas e indicadores de desempenho requer a adoção de ferramentas tecnológicas que permitam coletar, processar e consolidar os dados dos diversos componentes da cadeia.

Diante da necessidade primária de implantação do sistema com vistas a operacionalizar a apuração dos dados, a Secretaria de Gestão Predial solicitou à DTIC, em 22/4/2025, o desenvolvimento de ferramenta auxiliar do Sistema de Gestão Predial. Atualmente, está em fase final de desenvolvimento um módulo para o controle de saldos contratuais, que deve ser acrescido ao atual sistema disponível (Evidência n. 3).

Já para a estruturação dos indicadores requisitados, as intervenções são bem mais complexas, pois envolvem mudanças significativas nos códigos e lógica do sistema, e conforme a orientação dada pelo Ato CSJT 38/2022 (arts. 2º e 4º), o desenvolvimento de sistemas deve se dar em caráter nacional, disponibilizado pelo CSJT, estando "vedados o desenvolvimento, a evolução e a implantação de sistemas congêneres ou similares, bem como a aplicação de investimentos humanos ou orçamentários nos sistemas porventura já existentes nos Tribunais Regionais do Trabalho".

Por isso, como apontado pela comissão de auditoria, "a Coordenadoria de Governança de Contratações e de Obras (CGCO/CSJT), em conjunto com o TRT da 1ª Região, está desenvolvendo um aplicativo para apoiar a gestão da manutenção predial, conforme Ato Conjunto TST.CSJT 1/2025." Cabe a menção de que a equipe da Gestão Predial do TRT3 participou das primeiras tratativas com o TRT1 para o desenho do futuro sistema e irá aderir à solução tão logo esteja suficientemente robusta e/ou de acordo com a determinação do CSJT.

Sendo assim, o cumprimento desse critério está a depender da atuação de outras áreas e órgãos para sua viabilização que, conforme exposto, já foram demandadas pela Secretaria de Gestão Predial.

Também no sentido de instrumentalização da implantação de indicadores, o TRT3 está em fase de finalização da instrução dos processos de licitação de seus contratos de manutenção predial e serviços de engenharia, nos quais incorporaram-se mudanças para melhor atender à Resolução do CSJT, tais como a criação de estrutura que permita a priorização das manutenções preventivas e a necessidade de avaliação da satisfação dos usuários sobre os serviços executados, a ser registrada no Relatório de Atendimento, e que servirá de "input" para o estabelecimento do indicador "Índice de Satisfação dos Clientes". Como evidência, segue o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Termo de Referência, na versão em que se encontra, com ênfase ao atendimento à Resolução e a sistemática para a avaliação da satisfação (Evidência n. 4). Em 10/09/2025, foi autorizada a abertura da licitação pela Presidente deste Regional.

"Não se identificou a existência da matriz RIME (...)"

A Secretaria de Gestão Predial apresenta, oportunamente, a matriz RIME, que já estava em desenvolvimento à época da realização da auditoria. (Evidência n. 5).

"(...) na perspectiva do sequenciamento lógico, que, primeiramente, deve-se bem executar as técnicas de gestão de processos, em especial, a de mapeamento, e de gestão de riscos, para, posteriormente, se aprovar normativo interno com processos de trabalho alinhados à política nacional e, por último, se implantar os planos de manutenção predial com indicadores de desempenho apropriados."

Este tribunal e sua unidade de gestão predial coadunam com a perspectiva do sequenciamento lógico mencionado pelo relatório de auditoria. Contudo, considerando o prazo concedido, o porte deste tribunal e a divisão das unidades já existentes, concluiu-se que o sequenciamento desses passos resultaria em um tempo elevado de implantação de planos de manutenção predial, resultando na recorrência de condutas já identificadas como prejudiciais.

Por tais fatores, após criteriosa análise, optou-se por elaborar uma primeira versão dos Planos de Manutenção Preventiva dentro do que se apresentou possível pela dimensão do trabalho e limitação dos recursos. A prioridade foi modificar o que era mais contundente e possível em nossa realidade, que geraria efeitos benéficos a curto prazo, construindo uma primeira versão dos planos para, a partir da experiência prática, cuidar de evoluir os processos já existentes e criar outros novos.

Uma das dificuldades a ser enfrentada por este tribunal é que muitos dos serviços considerados como parte do processo de manutenção predial pela Resolução do CSJT se encontram estruturados organizacionalmente em unidades administrativas especializadas, como é o caso da limpeza, jardinagem e dedetização, que são de gestão da unidade de serviços de terceirização. Assim, será necessário um redesenho das competências organizacionais para redistribuí-los e aplicar a eles a sistemática exigida pela Resolução CSJT 365/2023. Dada a complexidade dessa adaptação, entendemos que a aderência plena deste TRT3 aos comandos normativos citados levará, de fato, um prazo maior do que o inicialmente previsto na norma.

Buscando a melhoria contínua e o dimensionamento correto de necessidades de recursos, foi estabelecido um cronograma em conjunto com a Secretaria de Governança e Estratégia (SEGE)/Escritório de Processos de Trabalho(EPT), para mapear o processo de Gestão de PMP's e outros.

Por outro lado, informamos que, em parceria com a Secretaria de Governança e Estratégia, a Secretaria de Gestão Predial propôs, junto à Escola Judicial, a capacitação específica de seus servidores em gestão de riscos, ministrada pela Secretaria de Gestão e Estratégia, de modo a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

nivelar o conhecimento e aperfeiçoar o planejamento das manutenções (Evidência n. 6).

Importante ressaltar também que este tribunal adota metodologia própria para a definição de processos críticos à continuidade do negócio, desenvolvida em atendimento da necessidade de identificar, monitorar e mitigar riscos associados a processos que impactam significativamente os resultados institucionais, visando à preservação da continuidade operacional.

A identificação dos processos críticos fundamenta-se na avaliação do impacto dos macroprocessos da cadeia de valor do tribunal na consecução de sua missão institucional. Nesse contexto, foi editada a Resolução GP 355, de 18 de setembro de 2024 (Anexo), que estabelece os processos críticos deste Regional.

No referido normativo, o processo "Realizar gestão predial", integrante do macroprocesso "Realizar gestão administrativa", foi definido como processo crítico após aplicação da metodologia e avaliação do Comitê de Governança e Estratégia.

No escopo da gestão e monitoramento desses processos, o Comitê de Governança e Estratégia prioriza, anualmente, quatro processos críticos para realização da gestão de riscos e monitora os riscos críticos dos processos que já tiveram a gestão de riscos realizada. O processo em questão não foi ainda objeto de priorização.

Conforme exposto, nosso compromisso é pela continuidade dos avanços, no sentido de não só alcançar o cumprimento integral da Resolução, mas também melhorar continuamente os processos de manutenção predial (internamente e em sua eficácia).

Documentos anexados:

- 1 - Cronograma de mapeamentos de processos da SEGPRES;
- 2 - Minuta da Política de Manutenção Predial;
- 3 - DFD para solicitação de nova funcionalidade para Sistema de Gestão Predial;
- 4 - Termo de Referência integrante do processo de nova licitação para serviços de manutenção predial;
- 5 - Matriz RIME;
- 6 - Requerimento de capacitação.

ANÁLISE E CONCLUSÃO:

A manifestação apresentada pelo TRT da 3ª Região confirma, em linhas gerais, a situação apurada durante a auditoria, reconhecendo a necessidade de aprimoramento da gestão da manutenção predial e a defasagem dos instrumentos atualmente vigentes frente às exigências da Resolução CSJT 365/2023.

O tribunal atribui a ausência de plena conformidade com o normativo nacional em razão do porte institucional, da complexidade operacional decorrente do número de edificações, da extensão territorial e das



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

limitações de pessoal e de recursos tecnológicos.

Embora o tribunal possua metodologia própria de manutenção predial, regida em parte pela Portaria TRT3/GP 188/2020, e alegue que a implantação integral da nova política exige reestruturações de maior fôlego, a normatização vigente permanece desatualizada e não estrutura adequadamente o processo de trabalho de manutenção predial no TRT da 3ª Região.

Observam-se avanços com o início do mapeamento de processos, com destaque para a conclusão do mapeamento do processo de Demanda de Serviço de Manutenção Predial, e a elaboração de uma minuta de Política de Manutenção predial. Entretanto, essas ações, embora positivas, ainda não asseguram a efetiva adequação do modelo de gestão às diretrizes da Resolução CSJT 365/2023.

Em relação à gestão de riscos, o tribunal reconheceu como crítico o processo "Realizar gestão predial" constante do macroprocesso de apoio "Gestão administrativa", nos termos da Resolução GP 355/2024 alterada pela Resolução GP 384/2025 em maio de 2025. Contudo, o processo ainda não foi priorizado pelo Comitê de Governança e Estratégia para fins de gestão de riscos, o que evidencia estágio inicial de implementação.

No tocante aos indicadores de desempenho, o tribunal aponta limitações tecnológicas e registra solicitação à área de TIC para correção de funcionalidade no sistema Gestão Predial, mantendo a intenção de aderir ao sistema nacional em desenvolvimento pela CGCO/CSJT em conjunto com o TRT da 1ª Região.

Adicionalmente, o tribunal reporta a criação de estruturas para priorização de manutenções preventivas e para avaliação da satisfação dos usuários sobre os serviços executados, conforme versão do Termo de Referência da licitação para contratação de serviços de manutenção predial de 5/9/2025.

A avaliação da satisfação dos usuários será realizada por meio dos Relatórios de Atendimento (RA) e do Índice de Nível de Satisfação (INS). A média mensal dessas avaliações compõe o índice de desempenho da contratada, complementado pela avaliação técnica da fiscalização que considera prazos e qualidade dos serviços. Resultados insatisfatórios geram notificações e, em caso de reincidência, podem levar à rescisão contratual, sendo os dados consolidados no Acordo de Nível de Serviço enquanto o Sistema de Gestão Predial não automatiza o processo.

Quanto à utilização da matriz RIME, o tribunal encaminhou o instrumento como evidência, informando que já estava em desenvolvimento à época da auditoria.

A matriz apresenta o método de priorização das demandas de manutenção predial com base em dois fatores: tipo de serviço (TS) e criticidade do ativo (CA). A criticidade é classificada em três níveis – A, B e C – conforme o impacto de falhas sobre a segurança, o meio ambiente e a continuidade das atividades. O tipo de serviço recebe pontuação de acordo com a natureza da intervenção (risco à vida, manutenção preventiva, corretiva, melhoria, estética etc.), e o produto RIME = TS x CA define o grau de prioridade e o prazo de execução, variando de imediato até 31



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

dias. A matriz é acompanhada de planilhas exemplificativas com registros de solicitações, classificação, status e observações sobre os serviços em diversas unidades do tribunal.

Contudo, por não ter sido implantada à época da inspeção *in loco*, não foi possível avaliar sua efetividade e integração aos Planos de Manutenção Predial avaliados pela equipe de auditoria, notadamente em relação aos reflexos dos resultados da matriz na definição dos tipos de manutenção, cronograma e recursos necessários.

A estratégia adotada pelo tribunal – de iniciar a implantação de planos de manutenção predial antes da conclusão da gestão de riscos e da normatização dos processos –, embora compreensível diante das limitações operacionais apontadas, compromete o sequenciamento lógico necessário à efetividade da política de manutenção predial. A execução dos planos sem base em processos estruturados e sem avaliação prévia de riscos reduz a capacidade de planejamento, priorização e mensuração de resultados, restringindo o alcance dos objetivos previstos pela Resolução CSJT 365/2023.

Assim, embora sejam reconhecidos os esforços em andamento – como o mapeamento de processos, a elaboração de minuta de nova política, a correção de módulo tecnológico, a criação de indicadores e a realização de capacitações –, tais ações encontram-se em fase inicial e ainda não produzem resultados concretos quanto à efetiva implementação dos instrumentos de governança.

Dessa forma, a análise da manifestação do TRT da 3ª Região não altera a conclusão do achado de auditoria, permanecendo válidas as recomendações apresentadas.

OBJETOS:	<ul style="list-style-type: none">• Matriz de riscos e controles referentes à gestão da manutenção predial;• Normativos internos sobre os processos e a gestão de riscos de manutenção predial;• Planos táticos referentes à manutenção predial;• Planos de manutenção predial.
CRITÉRIO:	<ul style="list-style-type: none">• Artigo 77, caput, do Decreto-Lei 9.760/46;• Artigos 10, caput, e 12, incisos I e II, da Resolução CSJT 365/2023.
EVIDÊNCIA:	<ul style="list-style-type: none">• Respostas às RDIs SECAUDI 7/2025 e 12/2025;• Regulamento Geral da Secretaria do TRT da 3ª Região;• Portaria TRT3/GP 188/2020 (Gestão da Infraestrutura Imobiliária);• Relatório final de levantamento sistêmico sobre planos e modelos de manutenção predial, homologado pelo Plenário do CSJT por meio do acórdão constante do processo CSJT-A-1000059-04.2024.5.90.0000;• Ofício GP 480/2025 (Manifestação TRT20);• Manifestação do TRT.
CAUSA:	<ul style="list-style-type: none">• Falhas de articulação entre a Diretoria-Geral e a Secretaria de Governança e Estratégia com vistas à



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	aplicação de técnicas de gestão de processos e de riscos nas atividades de manutenção predial.
EFEITO:	<ul style="list-style-type: none">• Inadequação dos instrumentos dos planos de manutenção predial adotados pelo TRT em relação aos estabelecidos na Política de Manutenção Predial da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, com efeitos na qualidade dos serviços prestados pelas empresas contratadas para realização dos serviços em 78 edificações sob responsabilidade do TRT.
PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO:	<ul style="list-style-type: none">• Recomendar à Presidência do TRT da 3ª Região que promova a reestruturação os processos de manutenção predial, utilizando, de forma integrada, técnicas de gestão de riscos, para, posteriormente, editar normativo interno e implementar planos de manutenção predial alinhados à Política de Manutenção Predial da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, aprovada pelo Plenário do CSJT por meio da Resolução CSJT 365/2023;• Alertar a Presidência do TRT da 3ª Região de que a não implantação de indicadores de desempenho, resultantes da aplicação adequada das técnicas de gestão de processos e de riscos, com a devida observância aos indicadores recomendados pelo Guia de Manutenção Predial da Justiça do Trabalho, fragiliza a melhoria da qualidade dos serviços contratados de manutenção predial para as 85 edificações sob sua responsabilidade, uma vez que os indicadores de desempenho podem trazer informações relevantes para o aperfeiçoamento dos acordos de nível de serviço e das cláusulas penais dos próximos contratos administrativos a serem firmados para prestação de serviços de manutenção predial.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ACHADO DE AUDITORIA		A - 2
DESCRIÇÃO DO ACHADO:	A elaboração de planos de manutenção predial com base nas informações técnicas sistematizadas pela Resolução CSJT 365/2023, integrada à capacitação contínua das equipes, à definição de processos e ao uso de ferramentas adequadas de apoio à gestão, constitui requisito essencial à efetividade da Política de Manutenção Predial do TRT da 3ª Região.	
SITUAÇÃO ENCONTRADA:		
<p>As disposições constantes dos artigos 11 e 24, parágrafo único, da Resolução CSJT 365/2023 estabelecem os elementos mínimos a serem observados na elaboração do Plano de Manutenção Predial de fóruns e unidades centrais de apoio ao primeiro grau: identificação do imóvel, tipos e cronogramas de manutenções, procedimentos de solicitações e registros de demandas, definição de testes no sistema de prevenção e combate a incêndio e recursos necessários para as atividades.</p> <p>Foram analisados os Planos de Manutenção Predial dos Fóruns Trabalhistas de Belo Horizonte, Betim e Contagem, nos quais se identificaram as seguintes fragilidades relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificação incompleta dos imóveis, com descrição física e funcional simplificada;• Não há inventário sistematizado dos sistemas, equipamentos e componentes;• Ausência de identificação formal dos responsáveis técnicos pelas inspeções e pela elaboração dos planos de manutenção;• Utilização inadequada da Ficha de Avaliação de Imóveis, com mistura de patologias e características físicas como itens de verificação, em desacordo com o modelo o Modelo de Planilha de Avaliação para inspeção predial recomendado, dificultando a classificação e priorização de intervenções;• Ausência de justificativa para critérios não aplicados na Ficha de Avaliação de Imóveis (como instalações de ar condicionado, exaustão e ventilação, e condições de ergonomia), em desacordo com o artigo 5º da Resolução CSJT 70/2010;• Atribuição de nota zero a diversos itens da Ficha de Avaliação de Imóveis com peso relevante sem justificativa quanto à ausência de dados, irrelevância ou impedimento técnico;• Não integração das planilhas complementares à Ficha de Avaliação de Imóveis, dificultando a análise consolidada das informações. <p>Apesar das fragilidades identificadas, constatou-se que os planos de manutenção apresentam razoável aderência à Resolução CSJT 365/2023, contemplando a caracterização dos imóveis, a definição dos tipos de manutenção aplicáveis, a elaboração de cronogramas por sistemas e equipamentos, a designação de responsáveis técnicos e a integração com o Contrato 23SR057.</p> <p>Verificou-se, ainda, alinhamento conceitual com os preceitos da ABNT</p>		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

NBR 5674/2012, notadamente no que se refere à abordagem do ciclo de vida dos sistemas prediais e à gestão integrada das ações de manutenção.

Como práticas positivas, destaca-se a utilização da Ficha de Avaliação de Imóveis como subsídio à formulação dos Planos de Manutenção Predial e ao planejamento plurianual de obras, bem como a adoção de metodologias simplificadas de inspeção, compatíveis com a distribuição geográfica das unidades sob a responsabilidade do tribunal.

Por outro lado, constatou-se a utilização da matriz GUT como iniciativa preliminar de priorização das ações, sem, contudo, a adoção sistemática das etapas de identificação, análise e avaliação dos riscos inerentes à manutenção predial, conforme disciplinado na Resolução CSJT 365/2023 e analisado em maior profundidade no Achado de Auditoria A1.

No que tange ao uso de ferramentas tecnológicas, observou-se a adoção de sistema próprio de gestão predial, que reúne funcionalidades relevantes, como o registro e a tramitação de solicitações de manutenção, a gestão contratual, o controle de agendamentos e a geração de relatórios operacionais.

Não obstante, identificaram-se limitações importantes, tais como a inexistência de módulo específico para monitoramento automatizado de desempenho com base em indicadores, a necessidade de uso de planilhas paralelas para consolidação de informações e falhas técnicas em funcionalidades de apoio à gestão contratual.

Tais limitações comprometem a sistematização e a confiabilidade dos dados, além de restringirem a efetividade do sistema como ferramenta de apoio à governança da manutenção predial.

Impende registrar que a Coordenadoria de Governança de Contratações e de Obras (CGCO/CSJT), em conjunto com o TRT da 1ª Região, está desenvolvendo um aplicativo para apoiar a gestão da manutenção predial, conforme Ato Conjunto TST.CSJT 1/2025.

Em relação à qualificação das equipes envolvidas nas atividades de manutenção predial, verificou-se que o TRT tem promovido ações de capacitação sobre temas relevantes, como normas regulamentadoras, operação de sistemas prediais e gestão de contratos.

Todavia, tais ações não configuram um programa contínuo, vinculado às diretrizes da Política de Manutenção Predial, tampouco se orientam por diagnóstico formal de necessidades ou matriz de competências. Essa lacuna compromete o cumprimento do disposto na Seção III da Resolução CSJT 365/2023, que trata da capacitação contínua como elemento essencial à execução eficiente das atividades de manutenção predial.

Por fim, observou-se que o Plano Anual de Capacitação 2025 prioriza treinamentos voltados às áreas administrativas e de contratações, a exemplo de formações em aquisições de bens e serviços e contratação de ferramentas especializadas, sem contemplar, de forma específica, ações voltadas à atualização técnica das equipes diretamente envolvidas com a manutenção predial.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

MANIFESTAÇÃO DO AUDITADO:

"(...) implemente atividades de supervisão dos planos de manutenção predial, com vistas a garantir o atendimento integral dos elementos mínimos estabelecidos pelos art.s 11 e 24, parágrafo único, da Resolução CSJT 365/2023 e a aderência às boas práticas de gestão previstas no Guia de Manutenção Predial da Justiça do Trabalho;"

Em sua análise por amostragem nos Planos de Manutenção Predial (PMP) dos Fóruns Trabalhistas de Belo Horizonte, Betim e Contagem, a auditoria arrolou fragilidades identificadas à luz da Resolução CSJT 365/2023.

Todas as ponderações da auditoria foram analisadas, sendo certo que a equipe da Secretaria de Gestão Predial do TRT3 se empenhará para corrigi-las nas próximas revisões dos PMPs.

Em especial, este Regional compromete-se a avaliar os riscos para priorizar as ações mitigadoras de todos os achados nas inspeções prediais.

Em consonância com a metodologia de gestão de riscos adotada no tribunal, será utilizada a avaliação de riscos a partir das matrizes de risco de probabilidade e impacto, conforme Manual de Gestão de Riscos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e Modelo de Plano de Tratamento de Riscos.

Ressalte-se, neste contexto, a iniciativa de integração entre a unidade de Gestão Predial e a Secretaria de Saúde do TRT3, por meio da Seção de Saúde Ocupacional, que deu início à elaboração de um Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).

O objetivo da SEGPRES é utilizar os dados levantados no PGR como insumos para os Planos de Manutenção Preventiva, considerando que muitos dos riscos identificados, especialmente os físicos, de acidentes e alguns ergonômicos, alinham-se com aqueles típicos da manutenção predial.

Ações para mitigação desses riscos ficarão sob responsabilidade da SEGPRES, contribuindo sobremaneira para o aprimoramento e a conservação das edificações. Essa integração permitirá otimizar recursos, evitar retrabalho e garantir maior eficiência na implementação das ações preventivas.

Seguem o Termo de Referência do PGR, com toda a metodologia a ser utilizada, bem como o contrato já assinado (Evidências n. 1 e n. 2).

Os auditores constataram, entretanto, que os PMPs do TRT3 já apresentam bom nível de aderência à citada Resolução, o que denota que, em que pese o pouco tempo de vigência do normativo, este Regional já galgou passos importantes no cumprimento da Resolução.

Quanto às propostas de encaminhamentos, a Secretaria de Gestão Predial encontra-se em fase final de elaboração da proposta de promulgação da Política de Manutenção Predial (já mencionada na resposta ao Achado A-1) e, com ela em vigor, pleitear os meios para supervisionar de modo efetivo a implementação gradual dos elementos da Resolução CSJT 365/23 (Evidência n. 3).

"(...) aperfeiçoe o plano de capacitação da unidade de manutenção predial



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

com vistas a garantir a adequada resposta aos riscos, em consonância com o grau de probabilidade e impacto de cada um."

Anualmente, a Escola Judicial disponibiliza a todas as unidades administrativas uma consulta sobre intenção de capacitação, cujas respostas são consideradas para a formação dos cursos a serem ministrados no ano seguinte.

A SEGPRE está trabalhando na solicitação, no momento, para a capacitação técnica de sua equipe, o que pretende que seja arrolado na grade de formação e cursos da EJ para o ano de 2026.

Registre-se que a contratação de capacitação dos servidores está vinculada à disponibilização dos recursos dentro da estratégia da organização. Acreditamos que a obrigação de sua ocorrência prevista na Política de Manutenção Predial poderá ser forte elemento que reforçará o compromisso de capacitação mais constante, atrelada ao mapeamento dos processos, ao treinamento na aplicação correta das técnicas de gestão de riscos e ao dimensionamento correto da equipe da SEGPRE.

Documentos anexados:

- 1 - Termo de Referência da contratação da Secretaria de Saúde para elaboração do PGR;
- 2 - Contrato assinado com a empresa MASEG para elaboração do PGR;
- 3 - Minuta da Política de Manutenção Predial.

ANÁLISE E CONCLUSÃO:

A manifestação apresentada pelo TRT da 3ª Região reconhece as fragilidades apontadas pela equipe de auditoria nos Planos de Manutenção Predial analisados e demonstra disposição em adotar medidas corretivas nas próximas revisões.

O tribunal informou estar promovendo a integração entre a Secretaria de Gestão Predial (SEGPRE) e a Secretaria de Saúde, com vistas à utilização dos dados do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) como insumo para os planos de manutenção.

Segundo o tribunal, muitos dos riscos a serem identificados – especialmente os físicos, de acidentes e ergonômicos – se alinham aos típicos da manutenção predial, cabendo à SEGPRE a responsabilidade por sua mitigação.

A elaboração do PGR das unidades da capital e do interior foi contratada junto à empresa MASEG CONSULTORIA E TREINAMENTO EM MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA., em 25/6/2025, com vigência de um ano (Contrato 10-028-2025).

Também, reiterou que está em fase final de elaboração a Política de Manutenção Predial, já mencionada na resposta ao Achado A1, a qual deverá disciplinar e supervisionar a implementação gradual dos elementos previstos na Resolução CSJT 365/2023.

No tocante à capacitação, informou que a SEGPRE solicitou à Escola Judicial curso específico sobre gestão de riscos, a ser ministrado pela Secretaria de Governança e Estratégia, e que pretende incluir na nova



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

<p>política a obrigatoriedade de capacitação contínua da equipe técnica. Adicionalmente, manifestou intenção de inserir essa demanda na programação de cursos da Escola Judicial para 2026, condicionada à disponibilidade de recursos e à estratégia institucional.</p> <p>Embora o tribunal reconheça as fragilidades e apresente iniciativas em andamento – como a integração com o PGR, a elaboração de política e o aperfeiçoar a capacitação técnica –, tais ações ainda se encontram em fase inicial e não asseguram, no momento, o atendimento integral às exigências da Resolução CSJT 365/2023.</p> <p>Assim, a análise da manifestação do TRT da 3ª Região não altera a conclusão do achado de auditoria, permanecendo válidas as recomendações apresentadas.</p>	
OBJETOS:	<ul style="list-style-type: none">• Planos de Manutenção Predial dos Fóruns Trabalhistas de Belo Horizonte, Betim e Contagem;• Sistema informatizado próprio de gestão predial;• Plano Anual de Capacitação 2025.
CRITÉRIO:	<ul style="list-style-type: none">• Artigos 11 e 24, parágrafo único, da Resolução CSJT 365/2023;• ABNT NBR 5674/2012.
EVIDÊNCIA:	<ul style="list-style-type: none">• Respostas às RDIs SECAUDI 7/2025 e 12/2025;• Planilhas de Avaliação Técnica dos Fóruns Trabalhistas de Belo Horizonte, Betim e Contagem;• Planos de Manutenção Predial dos Fóruns Trabalhistas de Belo Horizonte, Betim e Contagem;• Contrato 23SR057;• Plano Plurianual de Obras e Aquisições de Imóveis 2024-2027;• Canal Manutenção Predial do TRT da 3ª Região no YouTube (UCfl6rEMXk4CgTlBWh_4pN7A);• Ato Conjunto TST.CSJ 1/2025;• Registros de treinamentos realizados desde 2018;• Plano Anual de Capacitação 2025;• Ofício GP 480/2025 (Manifestação TRT20);• Manifestação do TRT.
CAUSA:	<ul style="list-style-type: none">• Falhas de supervisão das atividades de elaboração e execução e monitoramento dos planos de manutenção predial;• Falhas nas atividades de levantamento da necessidade de capacitação em manutenção predial.
EFEITO:	<ul style="list-style-type: none">• Planos de manutenção carentes de elementos mínimos estabelecidos pelos artigos 11 e 24, parágrafo único, da Resolução CSJT 365/2023, gerando prejuízos à sistematização de informações e à gestão por desempenho;• Capacitação insuficiente da equipe que fiscaliza e executa atividades de manutenção em 78 edificações em todo o Estado de Minas Gerais, fragilizando o potencial de implementação de boas práticas adquiridas por meio de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	cursos de formação técnica em aspectos relevantes da manutenção predial.
PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO:	<ul style="list-style-type: none">• Recomendar ao gestor da Secretaria de Gestão Predial do TRT da 3ª Região que:<ul style="list-style-type: none">o implemente atividades de supervisão dos planos de manutenção predial, com vistas a garantir o atendimento integral dos elementos mínimos estabelecidos pelos artigos 11 e 24, parágrafo único, da Resolução CSJT 365/2023 e a aderência às boas práticas de gestão previstas no Guia de Manutenção Predial da Justiça do Trabalho;o após a realização do mapeamento dos processos, com utilização adequada de técnicas de gestão de riscos, aperfeiçoe o plano de capacitação da unidade de manutenção predial com vistas a garantir a adequada resposta aos riscos, em consonância com o grau de probabilidade e impacto de cada um.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ACHADO DE AUDITORIA		A - 3
DESCRIÇÃO DO ACHADO:	A coerência entre os Planos de Manutenção Predial e os demais instrumentos de planejamento institucional, como o Plano Plurianual de Obras e Aquisição de Imóveis, o Plano de Contratações Anual e o Plano de Logística Sustentável, constitui elemento estruturante para a efetividade da Política de Manutenção Predial do TRT da 3ª Região.	
SITUAÇÃO ENCONTRADA:		
<p>As disposições constantes dos artigos 9º, § 1º, e 18 da Resolução CSJT 365/2023 orientam sobre a necessidade de integração entre os planos de manutenção predial, o plano estratégico do TRT e o plano de anual de contratações.</p> <p>Ainda, as disposições constantes do artigo 7º, inciso I, alíneas "b", "c" e "h", da Resolução CNJ 400/2021, com as alterações das Resoluções 550/2024 e 594/2024, estabelecem, dentre os elementos mínimos que compõem o plano de logística sustentável, indicadores referentes à energia elétrica, água e esgoto e obras de reformas e leiaute.</p> <p>Durante a auditoria, foi identificada falta de integração efetiva dos planos de manutenção predial e do plano plurianual de obras e aquisições de imóveis 2024-2027 com o plano de contratações anual referentes ao exercício de 2025 e com o plano de logística sustentável (PLS) 2021-2026.</p> <p>A análise revelou que o único contrato formalizado nos Planos de Manutenção Predial objetos de análise (Contrato 23SR057 com a empresa AMBIENTAL EDIFICAÇÕES) não abrange a totalidade dos serviços contratados para a manutenção predial dos Fóruns Trabalhistas de Belo Horizonte, Betim e Contagem.</p> <p>Existem outros contratos complementares que não foram informados, como os Contratos 10028/2024 (EXTIMINAS - Prevenção e combate a incêndio), 10015/2024 (ARKTEK - Instalação de SPLIT), 22SR014 (ATLAS SCHINDLER - Modernização elevadores), 22SR015 (ATLAS SCHINDLER - Manutenção elevadores) e 22SR064 (TK - Manutenção elevadores).</p> <p>Ao mesmo tempo, o Plano de Contratações Anual (PAC) 2025 contempla uma gama de contratações não previstas nos Planos de Manutenção Predial analisados, revelando disparidades entre os documentos de planejamento.</p> <p>O Plano de Contratações Anual traz previsões de contratação de serviços como: limpeza, conservação, copeiragem e apoio (item 41); bombeiro (item 55); manutenção de ar condicionado (item 61); manutenção de elevadores (item 60); manutenção e reposição de elevadores (item 67); jardinagem (item 48); instalação e manutenção de cabeamento estruturado (item 132); e manutenção das subestações (item 134).</p> <p>As previsões de contratações relacionadas à gestão predial, contidas no Plano de Contratações Anual são as seguintes:</p>		
Item	Descrição do objeto	Valor estimado
24	Chamamento público com o objetivo de prospectar no mercado imóveis, para fins de locação tradicional, que atendam aos	5.000.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	requisitos para abrigar parte do Fórum da Justiça do Trabalho de Belo Horizonte.	
38	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e apoio operacional com dedicação exclusiva de mão de obra. Lote 1 - Noroeste, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Alto São Francisco.	2.225.161
39	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e apoio operacional com dedicação exclusiva de mão de obra - Lote 2.	1.528.554
40	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e apoio operacional com dedicação exclusiva de mão de obra. Lote 3 - Sul de Minas e Zona da Mata.	1.644.807
41	Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional com dedicação exclusiva de mão de obra. Lote 4 - Belo Horizonte e Região Metropolitana.	13.401.078
48	Prestação de serviços especializados de jardinagem (com fornecimento de insumos) na Capital.	22.182
51	Serviços de dedetização nas unidades localizadas no interior do Estado. Lote 1 - Região Noroeste, Triângulo Mineiro, Alto São Francisco.	43.984
52	Serviços de dedetização nas unidades do interior do estado. Lote 2 - Jequitinhonha, Vale do Rio Doce e Campos das Vertentes.	38.981
53	Serviços de dedetização nas unidades localizadas no interior do Estado. Lote 3 - Região Sul de Minas e Zona da Mata.	33.522
55	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de bombeiro civil profissional.	373.828
57	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores de passageiros e cargas e em plataformas verticais para portadores de necessidades especiais.	57.756
58	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores de passageiros e cargas e em plataformas verticais para portadores de necessidades especiais.	76.901
59	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores de passageiros e cargas e em plataformas verticais para portadores de necessidades especiais - 1º grupo.	35.213
60	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores de passageiros e cargas e em plataformas verticais para portadores de necessidades especiais - 2º grupo.	35.675
61	Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado tipo janela e split - Lote 1 - Capital.	141.966
62	Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado tipo janela e split - Lote 2 - Central Minas.	102.964
63	Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado tipo janela e split - Lote 3 - Montes Claros.	82.142
64	Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado tipo janela e split - Lote 5 - Juiz de Fora.	86.838
65	Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado tipo janela e split - Varginha - Lote 7.	107.430
66	Manutenção do sistema automatizado de ar condicionado central do prédio da Av. Getúlio Vargas, 225 e Rua	425.617



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	Desembargador Drumond e Guaicurus 41.	
67	Prestação de serviços de assistência técnica, manutenção corretiva, preventiva, com mão de obra especializada e reposição integral de peças, em 4 (quatro) elevadores localizados na Rua dos Goitacazes.	39.890
70	Serviço de Manutenção Predial preventiva e corretiva, reforma e serviços comuns de engenharia em imóveis. Região de Montes Claros.	572.910
71	Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado tipo janela e split - Lote 4 - Uberlândia	98.605
72	Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado tipo janela e split - Lote 6 - Governador Valadares	92.977
124	Construção de sistema de geração fotovoltaica na cobertura do Q20.	380.000
125	Contratação de laudos de acessibilidade, nas unidades do interior, para atender à Portaria Conjunta MGI/MDHC 45, de 16/07/2024.	170.000
126	Fornecimento, montagem e instalação de elevador de uso restrito para melhoria da acessibilidade em Barbacena.	365.000
127	Fornecimento, montagem e instalação de elevador de uso restrito para melhoria da acessibilidade em São João Del Rei.	315.000
128	Locação do imóvel que abriga o Fórum da Justiça do Trabalho de Guanhões.	82.297
129	Locação do imóvel que abriga o FT de Governador Valadares.	314.583
130	Locação do imóvel situado na Av. Governador Valadares, 376, em Betim/MG, destinado a abrigar o fórum trabalhista daquela localidade.	724.657
131	Prestação de serviço profissional de elaboração de laudos de avaliação dos imóveis utilizados ou de interesse do TRT3.	6.420
132	Instalação e manutenção de cabeamento estruturado (Rede Lógica) e alimentação de no-break, em imóveis (incluso deslocamento).	300.000
134	Serviço continuado de manutenção das subestações em uso pelo TRT3.	225.660
135	Serviços de instalação e manutenção de No-Break com deslocamento.	326.679
136	Contratação de obra de reforma e modernização do plenário do 10º andar do edifício Sede.	1.300.000
137	Contratação de laudo de avaliação da estrutura para instalação de elevador em Barbacena e São João Del Rei.	100.000
137.A	Prestação de serviços por empreitada global para adaptação, reforma, restauração, ampliação e construção do Anexo ao Fórum da Justiça do Trabalho de Belo Horizonte (Quartirão 20 - Q20).	-
137.B	Prestação de serviços de elaboração de projeto para fins de regularização das edificações de propriedade do contratante junto à Subsecretaria de Regulação Urbana (SUREG) da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e de obtenção de certidão de baixa de construção (habite-se) da obra localizada no Quartirão 20 - Q20.	-
137.C	Elaboração de projetos executivos de todas as disciplinas necessárias, visando à adaptação, reforma e modernização do "Plenário "Desembargador Bolívar Viegas Peixoto", localizado no 10º andar do Ed. Sede. Contrato 10.008/24.	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	Vigência 05/06/2025.	
<p>Fonte: Plano de Contratações Anual 2025</p> <p>Além disso, o tribunal classificou seus imóveis segundo critérios de prioridade no Plano Plurianual de Obras e Aquisições de Imóveis 2024-2027.</p> <p>A seguir, a classificação dos 10 primeiros imóveis segundo o Plano Plurianual de Obras e Aquisições de Imóveis 2024-2027:</p> <ol style="list-style-type: none">1 - Congonhas (cedido);2 - Nanuque (locado);3 - Diamantina (locado);4 - Belo Horizonte - Pedro II (locado);5 - Sabará (locado);6 - Santa Rita do Sapucaí (cedido);7 - Guanhães (locado);8 - Lavras (locado);9 - Frutal (locado);10 - Januária (próprio da União). <p>No entanto, verificaram-se exceções a essa priorização no Plano de Contratações Anual (PAC) 2025, como as previsões: chamamento público para locação de imóvel para abrigar parte do FT de Belo Horizonte (item 24); modernização de 4 elevadores na Rua dos Goitacazes (item 67); sistema fotovoltaica Q20 (item 124); elevador de uso restrito para melhoria de acessibilidade em Barbacena (item 126); elevador de uso restrito para melhoria de acessibilidade em São João Del Rei (item 127); modernização do plenário do 10º andar do Edifício-Sede, localizado na Avenida Getúlio Vargas 225 (item 136); e avaliação estrutural para instalação de elevador em Barbacena (item 137).</p> <p>Tal desalinhamento sugere falhas na articulação entre o diagnóstico técnico e a alocação de recursos, o que pode comprometer a efetividade da política de manutenção predial.</p> <p>Ainda em relação às contratações previstas no Plano de Contratações Anual (PAC) 2025, o Plano de Logística Sustentável (PLS) 2021-2026 prevê contratações para as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Instalação de sistema fotovoltaico (meta de energia solar);• Laudos e obras de acessibilidade (meta de adequação física em 20% das unidades até 2026). <p>Ressalta-se que, em entrevista à equipe de auditoria, a Secretaria de Engenharia reconheceu os esforços voltados à solução de problemas nos imóveis prioritários, mas apontou limitações operacionais e estruturais na consolidação e articulação dos diversos instrumentos de planejamento.</p>		
MANIFESTAÇÃO DO AUDITADO:		
<p>"Recomendar ao gestor da Secretaria de Governança e Estratégia do TRT da 3ª Região que promova a integração dos Planos de Manutenção Predial com os instrumentos de planejamento institucional – notadamente o Plano Plurianual de Obras e Aquisição de Imóveis, o Plano de Contratações Anual e o Plano de Logística Sustentável(...)"</p>		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

No âmbito organizacional, cumpre esclarecer que, diferentemente do sistema adotado por alguns Regionais Trabalhistas, neste TRT3, a Secretaria de Governança e Estratégia não figura como unidade responsável pela gestão de todos os instrumentos de planejamento institucional, cabendo essa função a cada unidade técnica competente, a saber:

- Plano Plurianual de Obras e Aquisição de Imóveis: Secretaria de Engenharia;
- Planos de Manutenção Predial: Secretaria de Gestão Predial;
- Plano de Contratações Anual: Diretoria de Administração; e
- Plano de Logística Sustentável: Núcleo de Gestão Sustentável.

Registre-se que a Secretaria de Engenharia e Secretaria de Gestão Predial são unidades vinculadas à Diretoria de Administração, enquanto o Núcleo de Gestão Sustentável é subordinado à Diretoria-Geral.

Embora a governança dos planos supramencionados não esteja entre as atribuições da Secretaria de Governança e Estratégia, há uma efetiva integração/alinhamento dos instrumentos de planejamento realizados no âmbito da Diretoria-Geral - Diretoria de Administração - Diretoria de Orçamento e Finanças, sob a coordenação do Gabinete da Presidência, que se apresenta da maneira que se segue.

Os Planos de Manutenção Predial e o Plano Plurianual de Obras e Aquisições de Imóveis 2024-2027 integram-se ao Plano de Contratações Anual (PCA) 2025 na medida em que as contratações entendidas como necessárias para viabilizar as ações de manutenção predial e as obras, caso já tenham planejamento de contratação concluído, encontram-se previstas no PCA 2025, guardando, portanto, estreita correspondência e vinculação ao orçamento do Órgão.

Por fim, ressalta-se que todas as contratações previstas no PCA mantêm alinhamento com os objetivos do Planejamento Estratégico do Tribunal, garantindo a consistência entre as ações operacionais e o direcionamento estratégico institucional.

Com relação ao Plano de Logística Sustentável (PLS) 2021-2026, informamos que no fluxo da construção do Plano de Contratações Anual, as áreas demandantes indicam o alinhamento de cada demanda com o PLS. Após a compilação de todas as demandas em um único documento, a versão final do PCA segue para validação do Núcleo de Gestão Sustentável, área gestora do PLS. Estando concluído, o PCA é submetido à análise e aprovação da Presidência do Tribunal.

A versão mais recente do Plano de Contratações Anual 2025, com o devido alinhamento ao PLS pode ser consultado no link:

https://portal.trt3.jus.br/internet/transparencia/licitacoes-e-contratos/plano-anual-de-aquisicoes/download/pca_2025_v-8-sem-dls-e-ils-peq-valor.pdf

"o único contrato formalizado nos Planos de Manutenção Predial objetos de análise (Contrato 23SR057 com a empresa AMBIENTAL EDIFICAÇÕES) não abrange a totalidade dos serviços contratados para a manutenção predial dos Fóruns



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Trabalhistas de Belo Horizonte, Betim e Contagem.

Existem outros contratos complementares que não foram informados, como os Contratos 10028/2024 (EXTIMINAS - Prevenção e combate a incêndio), 10015/2024 (ARKTEK - Instalação de SPLIT), 22SR014 (ATLAS SCHINDLER - Modernização elevadores), 22SR015 (ATLAS SCHINDLER - Manutenção elevadores) e 22SR064 (TK - Manutenção elevadores)"

Na seara dos contratos firmados para execução dos serviços de manutenção predial, cabe o esclarecimento de que este Tribunal adota modelo de trabalho que diferencia a nomenclatura "contratos de manutenção predial" de outros contratos que contemplam atividades diversas que se relacionam com o adequado funcionamento dos prédios.

Os ajustes que denominamos como "manutenção predial" são aqueles que têm como objeto a contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva predial, adaptações e serviços comuns de engenharia, para execução nos imóveis existentes e futuros, próprios, alugados ou cedidos, com fornecimento de serviços, mão de obra, materiais e demais insumos.

Em razão da extensão territorial do estado e da capilaridade organizacional do TRT3, tais contratos são divididos em 8 regiões, a saber:

- Região NORTE: Montes Claros, Araçuaí, Curvelo, Diamantina, Januária, Monte Azul, Paracatu, Pirapora e Unaí - CONTRATO 23SR004;
- Região TRIÂNGULO: Uberlândia, Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Iturama, Patos de Minas, Patrocínio e Uberaba - CONTRATO 21SR037;
- Região SUL: Varginha, Alfenas, Caxambu, Guaxupé, Itajubá, Lavras, Passos, Piumhi, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Sebastião do Paraíso e Três Corações - CONTRATO 23SR044;
- Região ZONA DA MATA: Juiz de Fora, Barbacena, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, São João Del Rey e Ubá - 21SR048;
- Região LESTE: Governador Valadares, Aimorés, Almenara, Caratinga, Coronel Fabriciano, Guanhães, Nanuque e Teófilo Otoni - CONTRATO 23SR045;
- Região BH 2ª Instância: Rua Curitiba, Av. do Contorno, Av. Getúlio Vargas 225, Av. Getúlio Vargas 265, Q20 (Rua Guaicurus 201) e Q 26 (Rua Espírito Santo 35 - Ed. Arthur Guimarães) - CONTRATO 23SR050;
- Região BH 1ª Instância e Região Metropolitana: Rua Mato Grosso, Rua dos Goitacazes, Av. Amazonas, Av. Pedro II, Betim, Contagem, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará e Santa Luzia - CONTRATO 23SR057; e
- Região CENTRAL: Bom Despacho, Congonhas, Divinópolis, Formiga, Itabira, Itaúna, João Monlevade, Ouro Preto, Pará de Minas e Sete Lagoas - CONTRATO 23SR058.

Tais contratos são de gestão e fiscalização da Secretaria de Gestão Predial.

Além dos contratos de manutenção predial acima arrolados, o tribunal também é contratante de vários outros ajustes que contemplam tantos outros serviços essenciais ao bom funcionamento predial (limpeza e conservação, manutenção de elevadores, manutenção de ar condicionado, jardinagem,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

dedetização, manutenção de no-break, dentre inúmeros outros). Essas outras contratações, no ambiente interno do TRT3, não são comumente denominadas de "manutenção predial", como acontece com os 8 contratos supramencionados. Acreditamos que, em decorrência desse simples desencontro na comunicação da nomenclatura das categorias de contratos, esses diversos outros ajustes não foram apresentados aos auditores quando da solicitação dos contratos de "manutenção predial" de fato.

Ao contrário dos 8 contratos de manutenção predial anteriormente indicados, esses outros não se encontram em sua totalidade sob gestão da Secretaria de Gestão Predial, estando pulverizados também em outras áreas técnicas.

Ainda assim, os Planos de Manutenção Predial de cada localidade englobam as manutenções preventivas de serviços de manutenção de elevadores, de ar condicionado, conforme se pode verificar no PMP do Foro Trabalhista de Betim (Evidência n. 1).

Apresentamos, ainda, a relação dos 40 contratos sob a responsabilidade da SEGPRES (Evidência n. 2).

Não podemos deixar de mencionar que todas as medidas, estudos, ações e contratações trazidas aqui no esclarecimento deste achado de Auditoria são coordenadas por equipes que contam com enxuto quadro de servidores e alto número de contratos a serem fiscalizados e geridos. Observe-se, apenas a título de exemplo, o quadro de contratos x fiscal e cidades atendidas x fiscal da Secretaria de Gestão Predial:

Quantitativo de Contratos por Fiscal		
	Contratos atendidos	Cidades atendidas
Servidor 1	5	26 (Manutenção Predial Geral) 4 (Manutenção de Sistemas de Incêndio)
Servidor 2	3	31 (Manutenção Predial Geral)
Servidor 3	4	9 (Manutenção Predial Geral) 51 (Telefonia Móvel) 1 (Telefonia Fixa)
Servidor 4	6	1 (Manutenção de Elevadores) 27 (Manutenção de Condicionadores de Ar)
Servidor 5	13	11 (Manutenção de Elevadores) 41 (Manutenção de Condicionadores de Ar) 66 (Instalação de Condicionadores de Ar) 12 (Telefonia PABX)
Servidor 6	2	66 (Telefonia eLINK)

Considerando que a Resolução foi publicada em 2023, e tendo em vista todas as informações e cenários ora apresentados, acreditamos que o TRT da 3ª Região apresenta-se em franco comprometimento e evolução visando ao atendimento integral da Resolução 365/2023 com relação a todos os contratos que envolvem serviços relacionados à manutenção/conservação predial.

"Falhas na coerência entre o diagnóstico técnico das edificações, a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

priorização das intervenções e a alocação eficiente de recursos orçamentários com a observância dos aspectos atinentes à sustentabilidade.”

Foi apontada pela auditoria falha na interação entre o diagnóstico técnico do Plano Plurianual de Obras e Aquisições de Imóveis 2024-2027 e a alocação de recursos em contratações previstas no Plano de Contratações Anual 2025, relatando os auditores que a classificação dos 10 primeiros imóveis mais críticos estaria desalinhada com o PCA 2025, que previu contratações outras que não aquelas relacionadas aos imóveis prioritários.

Necessário se faz clarificar que o fato de não haver no PCA 2025 planejamento de contratações para todas as 10 unidades com maior criticidade não traduz inércia ou desalinhamento por parte deste Regional. Isso porque, ainda que não tenhamos alcançado o estágio de contratar as melhorias para todas essas localidades, as unidades técnicas e administrativas estão em constante movimento para tanto.

Informamos que das 10 unidades, 1 delas terá sua solução providenciada por órgão diverso, 3 já contam com soluções previstas no PCA 2025 ou em vias de ser incluída, e para todas as outras o Tribunal já segue uma rota de planejamento ou ação, conforme será demonstrado na sequência.

Apresentamos, por oportuno, o panorama das medidas adotadas até a presente data para tratamento dos imóveis listados entre os dez em piores condições no âmbito deste Regional, ressaltando-se aquelas que já contam com previsão nos PCAs 2025 e 2026 (em fase de elaboração):

1) CONGONHAS

Após longo período de tratativas, busca e visitas a possíveis imóveis, em 30/06/2025, foi firmado Acordo de Intenção para Cooperação Interinstitucional entre a Prefeitura Municipal de Congonhas e o TRT da 3ª Região. O instrumento tem por objeto a cessão de espaço localizado no galpão situado na Av. Júlia Kubitschek, nº 805, Centro, bem como a execução das adequações necessárias para a instalação da Vara do Trabalho no referido local.

Atualmente, encontra-se em fase de elaboração o layout do ambiente destinado ao TRT, atividade sob responsabilidade da Prefeitura de Congonhas, com acompanhamento técnico da Secretaria de Engenharia, a fim de assegurar que o programa de necessidades seja integralmente atendido.

Vale ressaltar que as intervenções no imóvel serão realizadas pela Prefeitura de Congonhas, motivo pelo qual não há previsão de demandas nesse sentido nos PCAs 2025 e 2026.

2) NANUQUE

A Secretaria de Engenharia (SENG) formalizou solicitação ao Governo do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (PROPAG), visando à cessão de imóvel destinado à instalação da Vara do Trabalho de Nanuque.

Entretanto, o Estado desistiu da disponibilização do imóvel previamente indicado pelo TRT, estando em estudo nova alternativa para atendimento da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

demanda.

3) DIAMANTINA

Encontra-se em fase final o processo administrativo destinado à contratação, mediante licitação, dos serviços de engenharia necessários à execução do projeto executivo que contempla a reforma do imóvel doado pelo estado de Minas Gerais para instalação da Vara do Trabalho daquela localidade. O processo tem a previsão de ser encaminhado às unidades de análise processual em 19/09/2025, para as devidas manifestações técnicas e administrativas.

Apesar de já ter sido solicitada pela Secretaria de Engenharia a inclusão da contratação no PCA 2025, ela ainda não consta da versão mais recente do Plano publicada no sítio eletrônico do Tribunal. Isso porque o processo de autorização da inclusão da demanda está em fase de conclusão, devendo o PCA atualizado ser publicado nos próximos dias.

4) BELO HORIZONTE - PEDRO II

A SENG encaminhou solicitação ao Governo do Estado de Minas Gerais, por intermédio da SEPLAG, no âmbito do PROPAG, visando à doação de imóvel destinado à instalação do Arquivo Geral do TRT da 3ª Região.

O imóvel indicado pelo Tribunal encontra-se em fase de análise pelo Estado. Uma vez aprovado, será necessária a tramitação do processo tanto na esfera estadual quanto junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Após a conclusão dos trâmites, o imóvel deverá passar por intervenções de reforma para possibilitar a adequada implantação do Arquivo Geral.

5) SABARÁ

O processo destinado à obtenção de novo imóvel por meio de chamamento público encontra-se em fase de execução interna na Secretaria de Engenharia (SENG), estando em andamento as providências necessárias para a sua conclusão.

Registre-se que tal demanda consta do PCA 2025 sob o número 137-G.

Link para o PCA 2025:

<https://portal.trt3.jus.br/internet/transparencia/licitacoes-e-contratos/plano-anual-de-aquisicoes/plano-de-contratacoes-anual-pca-do-trt-mg#2025>

6) SANTA RITA DO SAPUCAÍ

A SENG encaminhou solicitação ao Governo do Estado de Minas Gerais, por intermédio da SEPLAG, no âmbito do PROPAG, visando à doação de imóvel destinado à instalação da Vara do Trabalho de Santa Rita do Sapucaí.

Após vistoria recente no local, constatou-se que o imóvel possui área significativamente superior à necessária para as atividades da vara e trata-se de bem tombado, cujas características dificultam consideravelmente a execução de reformas adequadas.

Assim, iniciou-se nova fase de estudos a fim de se encontrar alternativa para atendimento da demanda.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

7) GUANHÃES

A SENG encaminhou solicitação ao Governo do Estado de Minas Gerais, por intermédio da SEPLAG, no âmbito do PROPAG, visando à doação de imóvel destinado à instalação da Vara do Trabalho de Guanhães.

O imóvel selecionado pelo TRT, embora necessite de intervenções significativas de reforma, atenderá às demandas do Tribunal. Atualmente, a doação do imóvel encontra-se em fase de análise pelo Estado. Uma vez aprovado, será necessária a tramitação do processo tanto na esfera estadual quanto junto à SPU. Após a conclusão dos trâmites, o imóvel passará por reformas para possibilitar a adequada implantação da Vara do Trabalho.

Paralelamente, o imóvel ainda em construção, oriundo do Chamamento nº 02/2024, destinado à prospecção de mercado para locação de espaço que atendesse aos requisitos da Vara do Trabalho de Guanhães/MG, encontra-se em análise para possível contratação direta, caso não se concretize a alternativa oferecida pelo Estado.

Registre-se que tal demanda consta do PCA 2025 sob o número 137-F.

Link para PCA 2025:

<https://portal.trt3.jus.br/internet/transparencia/licitacoes-e-contratos/plano-anual-de-aquisicoes/plano-de-contratacoes-anual-pca-do-trt-mg#2025>

8) JANUÁRIA

Trata-se de imóvel próprio destinado à Vara do Trabalho de Januária, cujas intervenções de melhorias podem ser realizadas por meio dos contratos de manutenção predial vigentes, não sendo necessárias, até o momento, contratações de maior vulto.

9) LAVRAS

As melhorias necessárias e emergenciais no imóvel atualmente utilizado estão sendo executadas de forma contínua por meio dos contratos de manutenção predial vigentes, não sendo necessárias, até o momento, contratações de maior vulto.

10) FRUTAL

O Chamamento Público nº 01/2025, destinado à prospecção de imóveis para locação visando à instalação da Vara do Trabalho de Frutal, não recebeu propostas. A unidade e a Secretaria de Engenharia (SENG) permanecem em busca de alternativas por meio de contratação direta junto a imobiliárias locais. O último imóvel ofertado foi considerado inadequado para abrigar a unidade.

Diante do exposto, temos que o TRT3, por intermédio da sua Secretaria de Engenharia, tem se mantido atuante, adotando medidas específicas para cada imóvel listado como crítico e buscando garantir a adequada instalação das unidades, seja por meio de parcerias com entes públicos, processos de aquisição ou locação, ou intervenções de manutenção predial. O acompanhamento contínuo das ações permite assegurar que os programas de necessidades de cada unidade sejam atendidos de forma segura e funcional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Paralelamente, este Tribunal dedica-se à solução de tantas outras demandas em imóveis diversos, também entendidas como essenciais pela Administração, a exemplo das citadas pela auditoria no trecho que se segue:

No entanto, verificaram-se exceções a essa priorização no Plano de Contratações Anual (PAC) 2025, como as previsões: chamamento público para locação de imóvel para abrigar parte do FT de Belo Horizonte (item 24); modernização de 4 elevadores na Rua dos Goitacazes (item 67); sistema fotovoltaica Q20 (item 124); elevador de uso restrito para melhoria de acessibilidade em Barbacena (item 126); elevador de uso restrito para melhoria de acessibilidade em São João Del Rei (item 127); modernização do plenário do 10º andar do Edifício-Sede, localizado na Avenida Getúlio Vargas n.º 225 (item 136); e avaliação estrutural para instalação de elevador em Barbacena (item 137).

As contratações pontuadas, ainda que não sejam relacionadas aos 10 imóveis mais críticos, revelam-se de suma importância, uma vez que solucionam aspectos delicados e também essenciais como acessibilidade; melhorias de instalações que viabilizam condições adequadas de trabalho presencial; cumprimento da Resolução CNJ 594, de 08 de novembro de 2024, que define como obrigatória a instalação de sistema fotovoltaico, concedendo prazo para tanto.

Entendemos evidenciado, portanto, não haver desalinhamento entre o Plano de Obras 2024-2027 e o Plano de Contratações Anual 2025, mas sim um contínuo trabalho na busca de melhoria dos imóveis mais críticos, sendo que, como ainda não se atingiu a fase de contratação para alguns imóveis, não temos, no momento, essas demandas específicas registradas no PCA.

Considerando que o Plano de Obras refere-se ao período de 2024-2027, observa-se que o TRT3 vem se mostrando em perene movimento de planejamento e execução de soluções, que se alinham aos demais instrumentos de planejamento institucional.

Paralelamente, o Tribunal mantém-se diligente e buscando coerência em suas estratégias de otimização da alocação de recursos em outras frentes também relevantes.

Documentos anexados:

- 1 - PMP de Betim;
- 2 - Contratos atualmente vigentes e sob gestão da SEGPRES.

ANÁLISE E CONCLUSÃO:

A manifestação apresentada pelo TRT da 3ª Região contesta o destinatário da proposta de encaminhamento, argumentando que Secretaria de Governança e Estratégia não possui competência para adotar as providências recomendadas. O tribunal sustenta, ainda, que há coerência entre os planos técnicos (manutenção e obras), o planejamento de contratações e o planejamento orçamentário.

Nos termos do Regulamento Geral da Secretaria do TRT da 3ª Região (RA 198/2023), a SEGE é responsável por orientar e direcionar os instrumentos de planejamento institucional, estando vinculada diretamente à



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Presidência.

O artigo 17 do referido regulamento dispõe que compete à SEGE "assistir o presidente e elaborar diretrizes para as atividades relacionadas a planejamento e gestão da estratégia institucional, gestão de projetos, gestão de processos de trabalho, gestão de riscos, governança institucional, análise, consolidação e fornecimento de dados estatísticos e inovação".

Conforme informado na manifestação, cada plano está sob a responsabilidade de uma unidade específica: Plano Plurianual de Obras e Aquisição de Imóveis: Secretaria de Engenharia; Planos de Manutenção Predial: Secretaria de Gestão Predial; Plano de Contratações Anual: Diretoria de Administração; Plano de Logística Sustentável: Núcleo de Gestão Sustentável.

As unidades responsáveis pela elaboração e coordenação dos planos de manutenção, obras e sustentabilidade estão subordinadas a diferentes eixos administrativos (Administração e Diretoria-Geral), o que fragilizaria a articulação necessária entre os instrumentos de planejamento.

Embora o tribunal alegue existir integração prática entre os planos, realizada no âmbito das diretorias sob coordenação do Gabinete da Presidência, observa-se que tal integração ocorre predominantemente em nível operacional e orçamentário, não refletindo o modelo de governança integrada preconizado pela Resolução CSJT 365/2023.

A proposta de recomendação originalmente dirigida à SEGE não visava transferir-lhe a competência técnicas pela elaboração e coordenação dos planos, mas assegurar sua articulação com o planejamento estratégico e o alinhamento às diretrizes institucionais.

Consideradas, entretanto, as limitações operacionais apresentadas, entende-se adequado redirecionar o destinatário da recomendação à Presidência do TRT da 3ª Região, a quem caberá designar a unidade responsável pela adoção das providências necessárias, em consonância com o Regulamento Geral da Secretaria (RA 198/2023) e o Regimento Interno (RA 51/2020).

Quanto à integração entre os planos de manutenção predial e os demais instrumentos de planejamento, verificou-se que, embora o tribunal tenha se organizado para que houvesse convergência das ações de manutenção, obras, contratações e sustentabilidade, tais esforços ainda não resultaram em integração efetiva e sistematizada.

A análise da equipe de auditoria evidenciou que o Plano de Contratações Anual (PCA) 2025 contempla diversas contratações diretamente relacionadas à gestão predial – como serviços de manutenção, reformas, acessibilidade e sustentabilidade – sem correspondência integral nos Planos de Manutenção Predial ou no Plano Plurianual de Obras e Aquisições de Imóveis 2024-2027. De forma semelhante, o alinhamento com as metas do Plano de Logística Sustentável (PLS) 2021-2026 ocorre de forma pontual, sem mecanismos formais que assegurem coerência entre os instrumentos.

Destaca-se que os conceitos adotados nesta auditoria quanto à manutenção predial estão definidos no artigo 1º da Resolução CSJT



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

365/2023, que conceitua edificação como o "produto constituído de um conjunto de sistemas, elementos ou componentes definidos e integrados em conformidade com os princípios e as técnicas de Engenharia e Arquitetura", manutenção com o "conjunto de atividades realizadas para conservar e/ou recuperar a capacidade funcional da edificação e de suas partes constituintes de atender as necessidades e garantir a segurança dos usuários" e plano de manutenção predial como o "detalhamento dos métodos de trabalho, atividades essenciais de manutenção, sua periodicidade, responsáveis pela execução, documentos de referência, referências normativas e recursos necessários, todos referidos individualmente aos sistemas e, quando aplicável, aos elementos componentes e equipamentos".

A despeito das justificativas apresentadas pelo tribunal, persistem desconhecimentos entre o diagnóstico técnico das edificações, a priorização das intervenções e a alocação orçamentária das ações. Essa lacuna indica ausência de um modelo de governança capaz de consolidar informações e decisões em nível estratégico, conforme previsto nos artigos 9º e 18 da Resolução CSJT 365/2023 e no artigo 7º da Resolução CNJ 400/2021.

Assim, reconhece-se o comprometimento institucional e os avanços alcançados, porém a situação evidenciada pela auditoria permanece.

OBJETOS:	<ul style="list-style-type: none">• Planos de manutenção predial;• Plano plurianual de obras e aquisições de imóveis 2024-2027;• Plano de contratações anual referentes ao exercício de 2025;• Plano de logística sustentável (PLS) 2021-2026.
CRITÉRIO:	<ul style="list-style-type: none">• Artigos 9º, § 1º, e 18 da Resolução CSJT 365/2023;• Artigo 7º, inciso I, alíneas "b", "c" e "h", da Resolução CNJ 400/2021, com as alterações das Resoluções s 550/2024 e 594/2024.
EVIDÊNCIA:	<ul style="list-style-type: none">• Respostas às RDIs SECAUDI 7/2025 e 12/2025;• Plano Plurianual de Obras e Aquisições de Imóveis 2024-2027;• Plano de Logística Sustentável 2021-2026 - versão 1;• Plano de Contratações Anual 2025 - versão 5;• Planos de Manutenção Predial dos Fóruns Trabalhistas de Belo Horizonte, Betim e Contagem;• Contrato 23SR057 (AMBIENTAL EDIFICAÇÕES);• Contrato 10028/2024 (EXTIMINAS - Prevenção e combate a incêndio);• Contrato 10015/2024 (ARKTEK - Instalação de SPLIT);• Contrato 22SR014 (ATLAS SCHINDLER - Modernização elevadores);• Contrato 22SR015 (ATLAS SCHINDLER - Manutenção elevadores);• Contrato 22SR064 (TK - Manutenção elevadores);• Entrevista realizada com a Secretaria de Engenharia em 8/5/2025;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	<ul style="list-style-type: none">• Ofício GP 480/2025 (Manifestação TRT20);• Manifestação do TRT.
CAUSA:	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de processos padronizados e de critérios técnicos consolidados para a integração entre os Planos de Manutenção Predial, Plano Plurianual de Obras e Aquisição de Imóveis, o Plano de Contratações Anual e o Plano de Logística Sustentável.
EFEITO:	<ul style="list-style-type: none">• Falhas na coerência entre o diagnóstico técnico das edificações, a priorização das intervenções e a alocação eficiente de recursos orçamentários com a observância dos aspectos atinentes à sustentabilidade.
PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO:	<ul style="list-style-type: none">• Recomendar à Presidência do TRT da 3ª Região que promova a integração dos Planos de Manutenção Predial com os instrumentos de planejamento institucional – notadamente o Plano Plurianual de Obras e Aquisição de Imóveis, o Plano de Contratações Anual e o Plano de Logística Sustentável – em conformidade com as disposições da Resolução CSJT 365/2023 e da Resolução CNJ 400/2021;• Alertar a Presidência do TRT da 3ª Região de que a ausência de coerência entre os planos institucionais compromete a efetividade da Política de Manutenção Predial do tribunal, impactando negativamente a racionalidade na alocação de recursos e a priorização de intervenções.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ACHADO DE AUDITORIA		A - 4
DESCRIÇÃO DO ACHADO:	A tempestividade das medidas mediatas e imediatas de alocação do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte tem o potencial de reduzir o interregno temporal para o retorno das atividades de audiências presenciais e de incluir ou excluir os prédios do quarteirão 26 entre as alternativas definitivas de alocação daquele fórum.	
SITUAÇÃO ENCONTRADA:		
<p>A gestão de imóveis do TRT da 3ª Região, quando se refere ao espaço físico destinado ao Fórum Trabalhista de Belo Horizonte, apresenta circunstâncias diferenciadas em relação à gestão dos demais imóveis sob a responsabilidade do TRT.</p> <p>A Presidência da Corte Trabalhista mineira, em 13/2/2023, autorizou, <u>de forma excepcional e provisória</u>, o trabalho remoto exclusivamente nas varas do trabalho e nas unidades localizadas no Fórum Trabalhista de Belo Horizonte, <u>permitindo a realização das audiências no formato telepresencial</u> e a manutenção do "Projeto Piloto de Trabalho Remoto", <u>até ulterior deliberação que viesse a considerar os novos estudos com apontamento de soluções capazes de assegurar o cumprimento integral da retomada dos trabalhos presenciais</u>.</p> <p>A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, por meio da recomendação 24 constante da Ata de Correição Ordinária no TRT da 3ª Região, no período de 5 a 9 de fevereiro de 2024, posicionou-se nos seguintes termos:</p> <p style="padding-left: 40px;">24. Considerando a enorme disparidade havida na marcação de audiências presenciais nas varas do Trabalho da Capital, conforme anotado no item 16.1.3 desta ata, bem como os fatos relatados pela advocacia local em audiência pública, <u>recomenda-se</u> à Corregedoria Regional que <u>promova os estudos necessários visando a melhor solução para a realização de audiências de instrução no formato presencial, levando-se em conta o interesse das partes litigantes e as condições precárias do edifício sede do fórum Trabalhista de Belo Horizonte [...]; (grifei)</u></p> <p>Naquela ocasião, o edifício sede do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte, no qual funcionavam as 48 varas do trabalho, <u>distribuídas na proporção de 4 varas do trabalho por pavimento</u>, situava-se em prédio próprio da União, RIP 4123.00198.500-8, com 19 pavimentos, 12.112 m², avaliado em R\$ 38.095.389,90 e localizado na Rua Goitacazes, 1.475, no bairro de Barro Preto.</p>		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO



Foto de pavimento tipo do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte, situado na Rua Goitacazes

A gestão de imóveis do TRT situados na Capital, portanto, passa necessariamente a dialogar com os parâmetros definidos pela decisão proferida pelo Col. Conselho Nacional de Justiça, nos autos do PCA 0002260-11.2022.2.00.0000⁴; pela Instrução Normativa Conjunta TRT3 GP/GCR/GVCR 100/2023; pela Decisão, excepcional e provisória, da Presidência do TRT da 3ª Região que mantém o trabalho remoto até a efetivação de medidas administrativas suficientes para assegurar as condições mínimas de trabalho para os magistrados e servidores; e pela Recomendação 24 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Nesse contexto, o tempo de resposta ganha relevância na escolha da melhor solução para a realização de audiências de instrução no formato

⁴ "Ante o exposto, conheço do recurso administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos da fundamentação, submetendo ainda ao Plenário os seguintes encaminhamentos:

(...)

c) A salvaguarda da autonomia dos Tribunais para: c.1) regulamentar situações particulares relativas à concessão de autorização para juízes residirem fora da Comarca, nos termos e condições descritas na Resolução CNJ 37/2007 e; c.2) Regulamentação, pelos Tribunais, do trabalho remoto de magistrados e servidores, desde que: c.2.i) garantida a presença do juiz na comarca; c.2.ii) o magistrado compareça à unidade jurisdicional em pelo menos 3 dias úteis na semana; c.2.iii) há publicação prévia da escala de comparecimento presencial do juiz na comarca, devidamente autorizada pela Presidência e/ou Corregedoria do Tribunal; c.2.iv) as audiências realizadas sejam relativas ao Juízo 100% digital ou aos Núcleos de Justiça 4.0; c.2.v) garantido o atendimento virtual de advogados, defensores e promotores, quando solicitado; c.2.vi) a produtividade seja igual ou superior à do trabalho presencial; c.2.vii) haja prazos razoáveis para realização das audiências (...)"



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

presencial.

Em 12/3/2024, a Presidência do TRT da 3ª Região, por meio da Portaria 176, instituiu grupo de trabalho, composto por servidores ocupantes de cargos de assessoramento e gestão, visando apresentar soluções para a inadequação do espaço físico do Fórum da Capital, oportunidade na qual a comissão se manifestou, em síntese, nos seguintes termos:

5. POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Conforme aduzido no item 1 deste relatório, o presente Grupo de Trabalho foi constituído pela Portaria GP n. 176, de 12 de março de 2024, visando à 'elaboração de relatório em que sejam apresentadas soluções para alocação do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte em espaço físico adequado'.

Com efeito, após analisar os processos sobre a matéria, já mencionados, e, por conseguinte, a legislação pertinente, julgados do TCU e os estudos técnicos realizados, concluiu-se que, tratando-se de órgão público, as soluções existentes para a inadequação de espaço físico são:

I - ações visando corrigir as inadequações do imóvel em uso;

II - disponibilidade de outros imóveis públicos próprios;

III - disponibilidade de imóveis públicos nas esferas municipal, estadual e federal, para uso exclusivo ou compartilhado;

IV - locação de imóvel;

V - aquisição de imóvel.

[...]

6 - CONCLUSÃO

Diante do exposto, dentre as soluções existentes na legislação vigente, a "reforma de imóvel próprio" (Q26) e a "locação de imóvel de terceiro" afiguram-se como apropriadas para destinar espaço físico adequado ao Fórum Trabalhista de Belo Horizonte.

Entende-se, ademais, que as referidas soluções que ora se apresentam não se excluem, haja vista que a locação possui caráter temporário e de implementação mais célere, contribuindo para minimizar ou, até mesmo, eliminar os transtornos decorrentes da limitação de área existente no prédio da Rua Goitacazes, n. 1475, até que sejam concluídas as ações necessárias para obtenção da solução definitiva, a saber: "reforma do imóvel próprio Q26.

Em 2/5/2024, a Presidência do TRT da 3ª Região, por meio da Portaria 265, alterada pela Portaria GP 270, de 7 de maio de 2024, instituiu grupo de trabalho, composto por magistrados de 1º e 2º graus, incluindo integrantes da Administração, e por servidores da área judiciária, o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

qual, em síntese, assim concluiu:

O presente Grupo de Trabalho, com fundamento nos dados, documentos, informações técnicas, administrativas e proposições constantes do relatório elaborado pelo grupo de trabalho instituído pela Portaria GP n. 176/2024, após complementação da instrução do processo, mediante visitas técnicas, amplo debate, realização de assembleia e reunião com os integrantes da 1ª instância e observados os parâmetros da transparência e da participação democrática, concluiu que as melhores soluções para alocar o Fórum Trabalhista de Belo Horizonte são:

- A elaboração de laudo estrutural dos imóveis do quarteirão 26 (imóvel próprio), que, em sendo positivo, orientará a realização de projeto para reforma dos referidos prédios para instalação da 1ª instância, ou eventual devolução fundamentada dos imóveis, caso constatada a não recomendação técnica ("solução definitiva").
- A realização de chamamento público para locação de prédio que comporte a totalidade das varas do trabalho da Capital e unidades de apoio ("solução temporária").

Considerando que as deliberações de ambos os grupos de trabalho são afetas ao tema "contratação pública", a matéria foi encaminhada à Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos do TRT para apreciação, haja vista o controle prévio de legalidade atribuído a essa unidade pela Lei 14.133/2021.

Aquela assessoria assim se manifestou nos autos do processo e-Pad 25.841/2024:

Salienta-se que não compete a esta Assessoria Jurídica adentrar na questão relativa à escolha do tipo de imóvel que será locado (prédio único para abrigar a totalidade do Fórum ou prédio menor para alocá-lo parcialmente, em conjunto com as instalações de edifício da Rua dos Goitacazes), pois se trata de decisão adstrita ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração.

Entretanto, não há dúvida de que tal decisão deverá estar pautada pelos princípios da economicidade, da eficiência e do atendimento ao interesse público. Assim sendo, para definir o tipo de imóvel que abrigará as instalações do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte, parece-nos essencial que a Administração leve em consideração os seguintes elementos:

(i) A potencial redução de custos com a locação de imóvel para alocação parcial do Fórum, se comparada à locação de imóvel para sua alocação total, registrando-se que o valor a ser economizado com a locação de imóvel menor e a paralela utilização do prédio da Rua dos Goitacazes poderá ser revertido para a eventual reforma dos imóveis do Q-26, caso se conclua pela sua



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

viabilidade técnico-estrutural;
(ii) As diversas adaptações feitas no imóvel da Rua dos Goitacazes, a fim de que pudesse alocar o Fórum Trabalhista de Belo Horizonte por ocasião de sua saída dos edifícios da Avenida Augusto de Lima e da Rua Mato Grosso, adequações essas que foram discriminadas pela Secretaria de Engenharia (SENG) na Comunicação Interna n. SENG/031/2024, dirigida à Diretoria de Administração (DADM), da seguinte forma:

1) Contratos de execução e valor total das obras realizadas:

a) Contrato 20FR021: Instalação divisórias e drywall, R\$415.049,18;

(...);

b) Contrato 21SR021: Reforma do 3º pavimento, R\$ 357.187,90;

(...);

c) Contrato 15SR033: Adequações em cabeamento estruturado, R\$100.857,64;

(...)

Para além das intervenções acima, as quais, segundo a SENG, possuem "correlação direta com a mudança do Fórum para a rua Goitacazes", foram realizadas outras, como parte dos procedimentos de modernização geral dos imóveis do TRT-3;

d) Contratos 20FR017 e 20FR024: Fornecimento de aparelhos de ar condicionado Split, R\$323.832,00;

(...)

e) Contrato 21SR028: Instalação de aparelhos de ar condicionado Split, R\$133.440,00;

(...)

f) Contrato 22SR014: modernização de elevadores, no valor de R\$ 1.550.000,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta mil reais).

Como parte das providências destinadas a viabilizar a mudança do Fórum da Justiça do Trabalho de Belo Horizonte para o prédio da Rua dos Goitacazes, este Tribunal ainda adquiriu um pavimento de garagem em tal edifício, pelo valor de R\$3.031.684,04 (três milhões, trinta e um mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e quatro centavos), em 28/12/2020, por meio de contrato de compra e venda firmado com a sociedade empresária Chama Participações Ltda. (doc. 18337-2020-95).

(iii) A necessidade de se dar destinação adequada ao imóvel da Rua dos Goitacazes, em consonância com os critérios previstos na Resolução n. 70/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e com o entendimento contido no Acórdão n. 1301/2013-Plenário



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

do Tribunal de Contas da União (TCU), cujo teor se reproduz, em parte, a seguir:

[...] ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

[...]

9.4. esclarecer, ainda, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho que as contratações de locação sob medida de instalações prediais, inclusive de imóvel a ser construído de acordo com parâmetros mínimos estabelecidos por órgão ou entidade da administração pública, devem observar, também, as seguintes orientações:

9.4.1. caracterização da efetiva necessidade do novo imóvel, com demonstração de que o imóvel até então porventura em uso não atende mais ao interesse público e de que não comporta readequação; [...] (Destacamos.)

Registra-se que, na reunião já mencionada, entre membros da Administração deste Tribunal e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ocorrida no dia 09/07/2024, a Coordenação de Governança de Contratações e de Obras da Justiça do Trabalho fez alusão aos três elementos acima indicados, ressaltando que, se a divisão do Fórum em dois edifícios for possível, sem prejuízo à prestação dos serviços, não há dúvida de que essa solução deverá ser considerada para o atendimento da necessidade administrativa, em consonância com o princípio da economicidade, por se mostrar potencialmente mais vantajosa.

Assim, caso o Estudo Técnico Preliminar sobre o imóvel da Rua Paracatu, ofertado à Administração, conclua pela obrigatoriedade do chamamento público (ou seja, caso não reste caracterizada a singularidade do imóvel), o entendimento desta Assessoria Jurídica é de que o objeto de tal procedimento deverá ser ampliado, de modo a contemplar não apenas imóveis destinados à alocação da totalidade do Fórum, mas também imóveis aptos a abrigar parcialmente as suas instalações, a fim de que a Administração tenha condições de comparar as duas opções, sobretudo sob o aspecto econômico, promovendo-se, tanto quanto possível, o aproveitamento do edifício da Rua dos Goitacazes, em razão dos elementos trazidos nos itens (i), (ii) e (iii) acima.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, restrita a presente análise aos aspectos jurídico-formais trazidos aos autos e em cumprimento ao Ofício n. GP/311/2024, esta Assessoria opina pela viabilidade jurídica das seguintes providências:

(i) realização de Estudo Técnico Preliminar em relação ao prédio localizado na Rua Paracatu, n. 304, nesta Capital, ofertado à Administração, visando aferir a eventual presença dos requisitos de singularidade que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

autorizam a locação de imóvel por meio de contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos previstos no art. 74, inciso V e §5º, da Lei n. 14.133/2021 c /c os arts. 20, II e 24, §3º, II, da Instrução Normativa SEGES/ME n. 103/2022; e (ii) aprofundamento dos estudos em torno dos imóveis que compõem o Q-26, de modo a aferir a sua viabilidade estrutural para a alocação do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte.

Em síntese, o processo de escolha da melhor solução para a realização de audiências de instrução no formato presencial evoluiu no sentido de restringir as providências a duas alternativas viáveis e não excludentes dentre 5 possibilidades legais: a "reforma de imóvel próprio" (Q26) e a "locação de imóvel de terceiro".

As alternativas escolhidas encetam iniciativas para tratamento da alocação do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte na **perspectiva imediata e provisória** de retorno das atividades nos parâmetros definidos pela decisão proferida pelo Col. Conselho Nacional de Justiça, nos autos do PCA 0002260-11.2022.2.00.0000, bem como na **perspectiva mediata e definitiva** de alocação do fórum, haja vista a disponibilidade de prédios próprios, carentes de intervenções de engenharia, com metragem suficiente para abrigar todas as varas de trabalho da Capital.

Ainda, no que se refere à iniciativa imediata de locação de imóvel de terceiro, houve a necessidade de decisão sobre duas possibilidades excludentes entre si, quais sejam:

- locação de imóvel que comporte integralmente todas as 48 varas do trabalho, defendida pelo grupo de trabalho, composto por magistrados de 1º e 2º graus, incluindo integrantes da Administração, e por servidores da área judiciária; ou
- locação de imóvel que comporte parcialmente as varas do trabalho com o aproveitamento de imóvel próprio onde atualmente funciona o Fórum da Capital, defendida pela Assessora Jurídica do TRT que levou em consideração a potencial redução de custos, os investimentos já realizados no imóvel que atualmente abriga o fórum, bem como a necessidade de dar destinação a este imóvel no caso de desocupação completa.

Realizada a contextualização sobre o modelo de solução adotado pelo TRT, especialmente, após a recomendação 24 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, constante da Ata de Correição Ordinária no TRT da 3ª Região, realizada no período de 5 a 9 de fevereiro de 2024, os testes de auditoria buscaram aferir a efetividade das medidas de gestão de imóveis, imediatas e mediatas, com vistas à alocação do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte em prédio ou prédios com estrutura adequada e uniforme, para todas as varas do trabalho, visando à realização de audiências de instrução no formato presencial.

No que se refere às medidas de gestão de natureza imediata e provisória, o contrato de locação do imóvel situado na Rua Paracatu, 304, Barro Preto, celebrado entre o TRT da 3ª Região e a empresa E.E.I. LTDA, conforme ajuste 60-001/2025, datado de 26/3/2025, faz prova de que a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

opção adotada pela alta administração do TRT seguiu a proposta formulada pela Assessoria Jurídica daquela Corte para locação de imóvel que comporte apenas parcialmente as varas do trabalho da Capital.

Vista sob a perspectiva temporal, a gestão do TRT, no interregno aproximado de 1 ano e 1 mês, se mostrou capaz de adotar as medidas de planejamento da contratação, seleção de fornecedor e contratação do objeto, todas exigidas pela legislação aplicável à espécie. Frise-se que não se analisou a conformidade do processo de contratação, por ir além do escopo definido para o presente trabalho que visa avaliar a conformidade com a política de manutenção predial.

Considerando a notícia veiculada no endereço eletrônico do TRT, conforme abaixo, passados aproximadamente mais de 4 meses após a assinatura do contrato, ocorreu no dia 1/8/2025, a inauguração da segunda unidade do fórum trabalhista.

A partir de 4 de agosto: veja como será o funcionamento do Fórum Trabalhista de BH nas unidades I e II

publicado: 31/07/2025 às 13h58 | modificado: 31/07/2025 às 15h09



Ouça a matéria

Resumo em texto simplificado

Será inaugurada nesta sexta-feira (1º/8), a segunda unidade do Fórum Trabalhista da capital mineira. O novo prédio está localizado na Rua Paracatu, nº 304, no bairro Barro Preto, em Belo Horizonte, e abrigará da 25ª a 48ª Varas do Trabalho. Nesta unidade, os trabalhos presenciais, com atendimento ao público e realização de audiências, começam já a partir da próxima segunda-feira, 4 de agosto. O atendimento ao público acontece das 10h às 17h e o funcionamento do Tribunal é das 8h às 18h.

A retomada dos serviços presenciais nas varas e demais setores instalados na Unidade I, na rua dos Goitacazes, nº 1.475, será divulgada oportunamente por meio de nova portaria da Presidência, conforme o andamento das obras de modernização e revisão do layout do tradicional Fórum Trabalhista. Enquanto isso, o trabalho e as audiências seguem no formato telepresencial. O atendimento ao público continuará sendo feito remotamente por e-mail e Balcão Virtual, observando o horário de funcionamento, sem necessidade de agendamento. Os juízes seguirão atendendo advogados, procuradores, partes e membros do Ministério Público do Trabalho por videoconferência, mediante agendamento prévio.

Visualizações: 1658

SEÇÃO DE IMPRENSA
imprensa@trt3.jus.br

De acordo com a notícia supra, é possível verificar que, no imóvel alugado, retomaram-se os trabalhos presenciais, com o atendimento ao público e a realização de audiências, atendendo, portanto, ao direito aplicável.

Adversamente, a mesma notícia deixa transparecer a manutenção de modelo excepcional e provisório de trabalho remoto nas varas do trabalho e nas unidades localizadas em imóvel próprio em que, até então, funcionava o Fórum Trabalhista de Belo Horizonte.

De acordo com a notícia veiculada no endereço eletrônico do TRT, o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

retorno dos trabalhos presenciais, nas varas do trabalho e demais unidades instaladas no imóvel próprio, não tem data definida, ficando condicionado ao andamento de obras de modernização e revisão de layouts.

Ao condicionar o retorno das atividades presenciais à conclusão de obras, a alta administração do TRT vincula a eficácia das medidas de cumprimento das normas jurídicas atinentes à realização de audiências presenciais, em especial os parâmetros definidos pela decisão proferida pelo Col. Conselho Nacional de Justiça, nos autos do PCA 0002260-11.2022.2.00.0000 e a recomendação 24 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, ao cumprimento de disposições constantes da Resolução CSJT 70/2010 e da Lei 14.133/2021 (nova lei de licitações e contratos administrativos).

Agrava, ainda, o fato de que, caso se estime que os investimentos em obras de modernização e revisão de layouts, em conjunto, superem o limite de R\$ 1.881.767,25, limite este para a classificação de obras no grupo 1, nos termos do artigo 6º, inciso I, da Resolução CSJT 70/2010; a eficácia das medidas passa ainda a depender da observância suficiente das disposições normativas para alcançar a aprovação do CSJT, para, somente após, se obter condições orçamentárias para a realização de procedimentos licitatórios, o que pode levar um tempo considerável até estarem presentes as condições para retorno das atividades presenciais naquele imóvel.

Importa lembrar que a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, mesmo na situação anterior de 4 (quatro) varas do Trabalho por pavimento, entendeu razoável a realização de 2 (duas) audiências concomitantes, repita-se, por pavimento, conforme se pode extrair do trecho transcrito:

(...) Quanto ao Fórum Trabalhista de Belo Horizonte, situado na rua Goitacazes, 1.475 - Barro Preto, a Ministra Corregedora-Geral, em visita àquele local, foi informada pelo Diretor do Fórum e por alguns juízes de 1º grau presentes que as 49 (quarenta e nove) varas do Trabalho da Capital estão instaladas precariamente, pois funcionam em espaço físico insuficiente e há problemas de acústica no prédio. A respeito desse imóvel, apurou-se que a Presidência do Tribunal já reconheceu que ele apresenta limitações capazes de impactar as atividades ali prestadas. Em consequência, publicou o Edital de Chamamento Público 1/2023, com o objetivo de buscar solução definitiva de espaço para as varas do Trabalho da Capital, mediante aquisição. O processo, atualmente, está na fase de análise da documentação apresentada pelos interessados. Registra a Ministra Corregedora-Geral que também considera as instalações das varas do Trabalho de Belo Horizonte incompatíveis com suas necessidades, pois lhe parece evidente que o espaço físico disponível não atende às necessidades do Fórum - tanto que os juízes que atuam no 1º grau de jurisdição sequer possuem gabinete de trabalho. Além disso, há problemas de acústica, a despeito das medidas adotadas pelo Tribunal para assegurar maior privacidade. Assevera, porém, que a condição presenciada é contornável, até que o TRT3 resolva definitivamente o problema. Assim, a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

título de contribuição, a Ministra Corregedora-Geral sugere à Presidência do Tribunal e à Corregedoria-Regional que promovam estudos para apurar a viabilidade da **realização de rodízio entre as varas do trabalho de Belo Horizonte, de tal maneira que as Unidades localizadas na mesmo andar se revezem com audiências em turnos diferentes, ou seja, 2 (duas) varas do trabalho realizarão audiências no turno da manhã e 2 (duas) no turno da tarde.**

Em um cenário possível em que, ao invés da distribuição então vigente de 4 (quatro) varas do trabalho por pavimento, se promova a redistribuição delas com vistas ao funcionamento imediato de 2 (duas) varas por pavimento, com audiências sendo realizadas em turnos diferentes, vislumbra-se uma situação fática mais promissora ainda do que aquela recomendada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Conclui-se, portanto, que as medidas de gestão de natureza imediata adotadas pela alta administração do TRT são suficientes para permitir a realização imediata de audiências de instrução no formato presencial.

Contudo, conforme se depreende da notícia veiculada no endereço eletrônico do TRT, serão necessárias reformas cujos trâmites, nas fases de aprovação, planejamento da licitação, seleção de contratados e execução contratual, demandam tempo considerável.

Nesses termos, a vinculação do retorno das atividades presenciais, na unidade I do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte, ao andamento de obras de adaptação e revisão de layouts traz riscos reais de se estender por tempo prolongado, sem motivo justificado, o prazo para aderência das práticas de realização de audiências, adotadas na unidade I do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte, aos parâmetros estabelecidos pelo CNJ e pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

No que se refere às medidas de gestão de natureza mediata e definitiva, importa lembrar que houve convergência entre as conclusões apresentadas pelos grupos de trabalho e Assessoria Jurídica.

Todos encaminharam no sentido de que os imóveis que compõem o chamado Quarteirão 26, desde que confirmada em laudo técnico sua adequação estrutural, teria o potencial de alocar todas as varas do trabalho da Capital de forma definitiva.

A contratação do laudo técnico tem por objetivo avaliar o estado de conservação dos imóveis e subsidiar decisão futura quanto à sua viabilidade de uso.

A fim de evidenciar o início do planejamento dessa contratação, a equipe de gestão do TRT apresentou duas propostas preliminares de empresas: uma de março de 2025, da empresa R. S. E. DE E. LTDA, no valor de R\$ 565.150,00 e prazo de execução de 120 dias; outra de maio de 2025, da empresa L. E. LTDA, estimada entre R\$ 1.375.860,00 a R\$ 1.555.860,00 e entre 290 a 330 dias (a depender do nível de entrega escolhido).

Cotejando a data da entrega da segunda proposta, somente em maio de 2025, com a do parecer da Assessoria Jurídica, datado de julho de 2024, passaram-se mais de 9 (nove) meses.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Frise-se que as propostas citadas são apenas tratativas iniciais que fornecem elementos para a elaboração de artefatos, esses sim, que culminam com a efetiva contratação de empresa para prestação de serviço de elaboração de laudo estrutural.

Nesse aspecto, é possível concluir que as medidas de gestão de natureza mediata e definitiva não apresentam a mesma velocidade das medidas imediatas e provisórias, isso porque, as evidências apresentadas pela equipe de gestão demonstram a incipiência das providências para a obtenção de laudo técnico estrutural dos imóveis componentes do chamado Quarteirão 26.

É a partir das informações constantes do laudo estrutural que a administração do TRT poderá, de forma embasada, decidir pela reforma de um ou mais prédios para alocação futura, integral e definitiva do Fórum de Belo Horizonte; ou pela devolução à Secretaria de Patrimônio da União de um ou mais prédios componentes, com a consequente decisão sobre modelo de gestão de imóveis capaz de solucionar definitivamente a alocação do fórum em análise.

Cabe ressaltar que a opção mais recente pela locação parcial de imóvel no mercado privado foi adotada como solução provisória diante da necessidade de adequação física do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte para o retorno ao trabalho presencial.

Também, a manutenção mínima dos prédios que compõem o chamado Quarteirão 26, desde o exercício de 2012, data de formalização do Termo de entrega dos imóveis em referência pela Secretaria de Patrimônio da União ao TRT, de acordo com estimativa apresentada pela própria unidade técnica de manutenção predial do tribunal, vem gerando despesas orçamentárias que somam R\$ 9.650.461,46. Isso sem considerar o cancelamento de crédito orçamentário consignado ao TRT da 3ª Região, para a aquisição de fórum trabalhista, no importe de R\$ 17.863.047,00, constante da lei orçamentário da União para exercício de 2006, valor que, por meio de lei, passou a ser consignado em crédito orçamentário de responsabilidade da UFMG, antiga proprietária dos imóveis.

Não se pode olvidar que, em procedimento de inspeção aos prédios, se observaram patologias aparentes (como rachaduras em pilares, armaduras expostas e recalques em pisos), além de sinais de comprometimento físico e funcional. Sobre esse ponto, inclusive, foi informado à equipe de auditoria sobre a veiculação da situação de abandono em veículos de imprensa, como Itatiaia e O Tempo.

MANIFESTAÇÃO DO AUDITADO:

"As alternativas escolhidas encetam iniciativas para tratamento da alocação do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte na perspectiva imediata e provisória de retorno das atividades nos parâmetros definidos pela decisão proferida pelo Col. Conselho Nacional de Justiça, nos autos do PCA nº 0002260-11.2022.2.00.0000, bem como na perspectiva mediata e definitiva de alocação do Fórum, haja vista a disponibilidade de prédios próprios, carentes de intervenções de engenharia, com metragem suficiente para abrigar todas as varas de trabalho da Capital"

Em março de 2024, a Presidência deste Tribunal instituiu o 1º Grupo de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Trabalho, para a elaboração de relatório em que fossem apresentadas soluções para alocação do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte em espaço físico adequado (Portaria GP n. 176), cujas conclusões incluem que "dentre as soluções existentes na legislação vigente, a 'reforma de imóvel próprio' (Q26) e a 'locação de imóvel de terceiro' afiguram-se como apropriadas para destinar espaço físico adequado ao Fórum Trabalhista de Belo Horizonte", enfatizando, ademais, que "as referidas soluções [...] não se excluem, haja vista que a locação possui caráter temporário e de implementação mais célere, contribuindo para minimizar ou, até mesmo, eliminar os transtornos decorrentes da limitação de área existente no prédio da Rua Goitacazes, n. 1475, até que sejam concluídas as ações necessárias para obtenção da solução definitiva, a saber: 'reforma do imóvel próprio Q26'".

Em maio de 2024, o 2º Grupo de Trabalho foi nomeado por meio da Portaria GP n. 265 para avaliar o relatório elaborado pelo grupo de trabalho instituído pela Portaria GP n. 176, de 12 de março de 2024, e apresentar estudo conclusivo sobre a melhor solução para alocar o Fórum Trabalhista de Belo Horizonte.

Em consonância com as conclusões desses grupos, em novembro de 2024, o TRT3 promoveu chamamento público para locação de imóvel que pudesse comportar parcialmente as Varas do Trabalho da Capital e unidades de apoio (Chamamento Público 03/2024), resultando na contratação do prédio localizado na Rua Paracatu, nº 304 (Contrato 60-001/2025). Paralelamente, foi aberto procedimento administrativo (e-PAD 33859/2024) para a realização de estudo estrutural dos imóveis do Quarteirão 26, com o objetivo de subsidiar eventual projeto de reforma para instalação da 1ª instância ou fundamentar a devolução à Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

A complexidade dessa demanda é notória, pois envolve múltiplas dimensões – administrativa, financeira, técnica, de gestão, de pessoal e, sobretudo, o atendimento ao interesse público, que é garantir a continuidade e qualidade da atividade jurisdicional, sem prejuízo à sociedade. Ao longo dos anos, a Administração do TRT3 procurou equilibrar esses fatores, mantendo permanente a busca por soluções adequadas e eficazes.

Simultaneamente às questões relativas ao Quarteirão 26, o tribunal enfrentou demandas relacionadas à inadequação do imóvel que abrigava a totalidade das varas do trabalho de Belo Horizonte. Após a transferência do fórum para o prédio da Rua Goitacazes, nº 1.475, e com o retorno integral ao trabalho presencial pós-pandemia, foram registradas diversas reclamações acerca da infraestrutura, conforme documentação constante nos processos administrativos (e-PADs 4986/2023, 5405/2023, 5164/2023, entre outros). Os principais problemas identificados incluem:

- Isolamento acústico insuficiente entre as salas de audiência, com ruídos que comprometem o trabalho;
- Espaços físicos restritos e insuficientes para o fluxo de pessoas;
- Condições inadequadas de acessibilidade;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- Elevadores com paralisações frequentes;
- Ausência de gabinetes adequados para magistrados;
- Ventilação natural deficiente;
- Espaço reduzido nas Secretarias, inviabilizando o alojamento adequado de postos de trabalho e mobiliário;
- Equipamentos obsoletos para videoconferência e gravação de audiências;
- Falta de banheiros adequados e distância excessiva entre secretarias e salas de audiência.

Em resposta, a Administração do TRT3, no biênio 2022-2023, autorizou, de forma excepcional e temporária, o regime remoto para as varas do trabalho sediadas na Rua Goitacazes, nº 1.475, permitindo audiências telepresenciais, até que soluções adequadas fossem implementadas. Foram ainda promovidas intervenções parciais, tais como modernização dos elevadores, avaliação e melhoria acústica, aquisição de novos equipamentos de gravação e licitação para projetos executivos visando melhorias de acessibilidade.

Contudo, as limitações de espaço físico permaneceram insuperáveis, motivando a designação de uma Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), que avaliou a adequação do imóvel e apresentou três alternativas para deliberação superior:

1. Manutenção da ocupação atual, com suas limitações;
2. Migração parcial das Varas da Capital, operando em imóveis distintos;
3. Migração total das Varas e unidades de apoio para um único imóvel.

A opção adotada foi a alternativa 2, formalizada com a locação do imóvel na Rua Paracatu, nº 304, com a celebração do contrato 60-001/2025, para transferência parcial das varas (25ª a 48ª) e unidades de apoio, em funcionamento desde 01/08/2025 (Evidência n. 1). As demais varas permanecem na Rua Goitacazes, nº 1.475, sob modelo excepcional de trabalho remoto até o final de 2025, período em que estão em curso reformas simplificadas para adequação do layout e infraestrutura, iniciadas em 01/09/2025 e com previsão de conclusão em dezembro de 2025.

A licitação que teve por objeto a execução das referidas reformas no edifício da Rua Goitacazes (Evidência n. 2) foi proposta em atendimento à solicitação da Administração de se providenciar intervenções mais simplificadas e céleres de modo a reduzir o prazo de interrupção das atividades presenciais, em atendimento à mencionada recomendação da Corregedoria do CSJT e procurando minimizar os efeitos sobre a atividade jurisdicional.

Assim, foram contratadas intervenções mais focadas em alterações de layout (essencialmente, divisórias) e modificações de rede elétrica e estruturada para atendimento ao novo layout, assegurando uma reforma simplificada com prazo de execução contratual de até 4 (quatro) meses, ou seja, de setembro a dezembro de 2025. A expectativa é de que as varas remanescentes na unidade da Rua Goitacazes, nº 1.475, possam retornar ao funcionamento presencial normal após o recesso de final do ano.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

A decisão da Administração de adotar intervenções mais simplificadas e céleres, com vistas a reduzir o prazo de interrupção das atividades presenciais, encontra-se devidamente registrada no PROAD 8583/2025 (Evidências n. 3 e 4).

Nesse mesmo processo, analisaram-se diferentes alternativas para a execução da reforma no edifício da Rua Goitacazes, incluindo a possibilidade de manter parte das varas em funcionamento presencial durante as obras. Concluiu-se, contudo, que tal solução implicaria riscos relevantes à regularidade da atividade jurisdicional, em razão do ruído, da poeira e da necessidade de interdição parcial de pavimentos, além de prolongar de forma significativa o tempo total da reforma.

Conforme verificado nos estudos técnicos, a opção de desocupação parcial resultaria em apenas duas semanas a menos de teletrabalho por vara em comparação com a desocupação total. Tal diferença não se mostrou suficiente para justificar o aumento expressivo na duração da obra, bem como o acréscimo de custos decorrentes do maior período de execução.

Diante desse cenário, deliberou-se pela manutenção integral do teletrabalho nas 24 varas que permaneceram lotadas no imóvel, medida que, embora temporária, assegura condições de trabalho mais adequadas aos magistrados, servidores e jurisdicionados, ao mesmo tempo em que viabiliza a execução da obra em prazo reduzido e com maior efetividade.

Abaixo quadro comparativo das opções com os serviços, custos e prazos envolvidos:

OP.	SERVIÇOS	DESOCUPAÇÃO GOITACAZES	CUSTO ESTIMADO (R\$)	PRAZO ESTIMADO OBRA (SEMANAS)	PRAZO DE TRAB. REMOTO P/ VT (SEMANAS)
1	*Fechamento audiência em divisória	Desocupação total das Varas	430.000,00	13	13
2	*Manutenção divisória interna Secretaria	Desocupação parcial das Varas	455.000,00	22	11
3	*Fechamento audiência em drywall acústico	Desocupação total das Varas	960.000,00	26	26
4	*Retirada divisória interna Secretaria	Desocupação parcial das Varas	1.015.000,00	48	24

Paralelamente, está em desenvolvimento um projeto estratégico de *retrofit* de maior porte para a unidade da Rua Goitacazes, denominado GOITAMO (PROJ25001), que visa intervenções estruturais e modernização, com foco na melhor relação custo-benefício.

Trata-se de projeto de longo prazo, dada a complexidade e amplitude dos serviços envolvidos.

Dessa forma, a Administração do TRT3 está empenhada em solucionar, de forma definitiva, as questões que envolvem o funcionamento adequado das varas do trabalho nesta Capital, promovendo o exercício pleno da atividade jurisdicional. Contudo, as decisões administrativas precisaram ocupar-se do número de ações e contratações que seriam demandadas frente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

à realidade de um quadro técnico de servidores reduzido e já encarregado de alto número de contratações e fiscalização.

Reitera-se, contudo, que o tempo para as respostas administrativas, nas duas perspectivas: (i) imediata e provisória e (ii) mediata e definitiva não se mostra discrepante, mas sim, síncrono, como procuramos esclarecer.

"medidas de gestão de natureza mediata e definitiva - Ausência de diretrizes institucionais claras e tempestivas quanto à destinação do quartelão Q26 - Indefinição sobre a integridade física dos imóveis do quartelão Q26 e demora na contratação de laudo técnico especializado"

Nos últimos anos, este tribunal tem dedicado esforços contínuos à avaliação e definição das soluções para a alocação do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte, com especial atenção à viabilidade de reforma e utilização dos imóveis que compõem o Quartelão 26 – antigo complexo da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (EEUFMG) – visando à sua destinação para fins jurisdicionais.

O histórico fático e documental elaborado pelo 1º Grupo de Trabalho instituído pela Portaria GP 176, de 12 de março de 2024, demonstra que a Administração deste tribunal enfrenta decisões relativas à utilização dos imóveis desde 2010, conforme está registrado no processo e-PAD 25841/2024 (Evidência n. 5).

Em 2020, com a transferência do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte para o imóvel da Rua Goitacazes, a Administração deste Regional iniciou tratativas junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), manifestando a intenção de devolver à União os imóveis do Quartelão 26. No curso dessas tratativas, a SPU informou, em 2022, que os procedimentos de alienação dos imóveis já se encontravam adiantados e sem a possibilidade de reversão (Evidências n. 6 e 7).

Na ausência de informações oficiais formalmente atualizadas sobre o Q26, a Administração promoveu nova consulta à SPU em janeiro de 2024, ocasião em que o órgão informou inexistir, naquele momento, "nova destinação oficialmente em curso para o imóvel" (Evidência n. 8 e 9).

Dessa forma, foi instituído Grupo de Trabalho pela Portaria GP 265, de 2/5/2024, para apresentar estudo conclusivo sobre a melhor solução para alocar o Fórum Trabalhista de Belo Horizonte. O colegiado deliberou: a) "elaborar laudo de avaliação sobre a viabilidade estrutural dos imóveis do Q26 e, caso favorável, providenciar o novo projeto para comportar o número atual de varas do trabalho e implementar as obras de adequação do espaço para a mudança definitiva do fórum trabalhista"; e b) "a realização de chamamento público para locação de prédio que comporte a totalidade das varas do trabalho da Capital e unidades de apoio (solução temporária)".

Com vistas a dar solução imediata da alocação das unidades jurisdicionais, decidiu-se realizar o Chamamento Público 03/2024 para a prospecção do mercado de imóveis para fins de locação visando abrigar parte das varas do trabalho da Capital, considerando o entendimento da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e da unidade de governança das contratações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho no sentido de se aproveitar também o imóvel da Goitacazes, por razões de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

economicidade.

Deste procedimento, derivou a celebração do já mencionado Contrato 60-001/2025, que tem por objeto a locação do imóvel situado na Rua Paracatu, nº 304, em Belo Horizonte, destinado a abrigar 24 varas do trabalho e cuja ocupação e funcionamento se efetivou no início do mês de agosto/2025.

Ademais, iniciou-se a execução do projeto de reforma do imóvel próprio situado à Rua dos Goitacazes, n. 1475 (Contrato 10-033/2025), previsto para finalizar em dezembro de 2025, com o objetivo de adaptar os andares tipo para funcionamento de duas varas por andar e, dessa forma, acomodar adequadamente as 24 varas que lá permanecerão.

Quanto à deliberação do Grupo de Trabalho de "elaborar laudo de avaliação sobre a viabilidade estrutural dos imóveis do Q26", a Secretaria de Engenharia (SENG), ao analisar a matéria, manifestou-se no sentido de que "a elaboração do laudo estrutural não constitui, por si só, elemento determinante para a decisão institucional acerca da manutenção dos imóveis no patrimônio da União gerido por este tribunal".

A manifestação da Secretaria de Engenharia dirigida à Administração quanto aos desafios técnicos e procedimentais relacionados à contratação da avaliação técnica sobre a integridade e condições de conservação das estruturas dos imóveis consta do processo e-PAD 33.859/2024 (Evidência n. 10).

Destaca-se que as tratativas empenhadas pela Secretaria de Engenharia, voltadas ao diagnóstico das condições estruturais das edificações, começaram ainda em 2024, mediante consultas por telefone e vistorias no local com representantes de empresas especializadas do ramo.

Antes mesmo da conclusão do relatório do 2º Grupo de Trabalho, a Secretaria de Engenharia, ciente da visita técnica realizada pelo referido colegiado, em 16/5/2024, já havia iniciado tratativas preliminares com profissionais especializados, como demonstrado pelo e-mail anexo, encaminhado por empresa consultada, que apresentou ponderações técnicas sobre os tipos de ensaio que julgava necessários e os motivos nos quais se fundamentava seu posicionamento (Evidência n. 11).

Desde então, os estudos se voltaram à delimitação do escopo das avaliações estruturais, os métodos mais indicados, os tipos de testes e a quantidade de amostras que seriam necessárias.

Concluiu a SENG que o laudo estrutural constitui somente o primeiro passo para a elaboração de estudos técnicos sobre as intervenções necessárias nos imóveis, que demandam posterior definição do respectivo projeto de recuperação estrutural, em que seriam detalhadas as soluções técnicas, quantificados os serviços necessários e estimados os prazos e custos envolvidos numa eventual reabilitação da edificação para sua ocupação e uso.

No início de 2025, foram coletados diversos posicionamentos técnicos de profissionais especializados, cujas análises levaram a Secretaria de Engenharia a recomendar a contratação da elaboração do laudo estrutural



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

fosse amparada por consultoria técnica especializada, uma vez que este Regional não dispõe de profissional especializado nesse ramo da engenharia.

Nesse contexto, a Secretaria de Engenharia informou que o prazo estimado para as duas etapas de contratação necessária (laudo estrutural com apoio de consultoria técnica e projeto de recuperação estrutural), totaliza 1020 (mil e vinte) dias, ou seja, 2 anos, 9 meses e 14 dias, o que somados ao prazo para a contratação e execução da reforma integral do imóvel perfazem um total de, aproximadamente, 13 anos, ao custo estimado de R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões). Isso tudo considerando a duração típica de procedimentos licitatórios realizados dessa natureza pelo TRT3.

É importante registrar que o valor informado de R\$ 9.650.461,46 se refere aos custos despendidos para segurança, limpeza e conservação dos imóveis do Q26, no período de 2007 a 2025, que constituem obrigação deste tribunal para preservação do patrimônio público colocado sob sua responsabilidade (Evidência n. 12).

Diante das informações prestadas pela unidade técnica e tendo em vista que a decisão sobre a aquisição do referido imóvel foi tomada pelo Egrégio Tribunal Pleno, conforme Ata n. 14 da sessão do Tribunal Pleno realizada em 08 de novembro de 2006, em observância ao princípio do paralelismo das formas, a Presidência deste Regional encaminhará a matéria para deliberação do Tribunal Pleno quanto à solução administrativa relacionada ao Q26.

(Evidência 13).

Documentos anexados:

- 1 - Contrato 60-001-2025 - Rua Paracatu;
- 2 - Contrato 10-033-2025 - Rua dos Goitacazes - reforma;
- 3 - Relatório Técnico SENG;
- 4 - Ofício Presidência à AMATRA e Juiz do Foro de Belo Horizonte;
- 5 - Relatório do Grupo de Trabalho - parte 1 e parte 2;
- 6 - Ofício TRT à SPU - 2020;
- 7 - Resposta SPU - 2022;
- 8 - Ofício TRT À SPU - 2024;
- 9 - Resposta SPU - 2024;
- 10 - Manifestação Técnica SENG - e-PAD 33859/2024;
- 11 - E-mail de consulta sobre laudo estrutural Q26 - maio/2024;
- 12 - Custos apurados Q26;
- 13 - Encaminhamento da matéria à Presidência - e-PAD 33859/2024.

ANÁLISE E CONCLUSÃO:

O TRT da 3ª Região apresentou informações detalhadas sobre as ações



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

administrativas adotadas para enfrentar os problemas de alocação das varas do trabalho de Belo Horizonte e para definir a destinação dos imóveis que compõem o Quarteirão 26.

Verifica-se que a Administração tem adotado providências progressivas para viabilizar a retomada das atividades presenciais do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte, em observância à decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça nos autos do PCA 0002260-11.2022.2.00.0000 e à Recomendação 24 da Ata de Correição Ordinária da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho realizada no TRT da 3ª Região.

Como medida imediata e provisória, foi locado o imóvel situado na Rua Paracatu nº 304 (Contrato 60-001/2025), destinado à transferência parcial das varas do trabalho (25ª a 48ª) e de unidades de apoio. A conclusão dessa transferência possibilitou o retorno das atividades presenciais nas varas e unidades instaladas nesse imóvel.

Também como medida imediata, foi celebrado o Contrato 10.033/2025 com a empresa CONSTRUTORA CAMPOS & FILHOS LTDA., para adaptações e mudança de layout no edifício da Rua Goitacazes nº 1.475, onde anteriormente funcionava o Fórum da Capital. As intervenções demandaram a desocupação integral do prédio, sob o argumento de que as obras interfeririam no funcionamento da unidade. A expectativa do tribunal é de que as varas remanescentes retornem ao trabalho presencial após o recesso de fim de ano.

Conforme a Ordem de Início dos Serviços (OIS) emitida em 25/8/2025, as obras têm prazo de execução de quatro meses, contados a partir de 1º/9/2025, com conclusão prevista para 31/12/2025. Trata-se de intervenções pontuais e de curta duração, voltadas à reorganização de espaços internos, sem alterações estruturais significativas.

A justificativa apresentada pelo tribunal – manutenção temporária do regime de teletrabalho durante a execução das obras – mostra-se razoável, considerando a natureza e o prazo reduzido das intervenções. Contudo, tal medida não deve ultrapassar o cronograma contratual, sob pena de contrariar o disposto no PCA mencionado, que impõe aos tribunais o dever de assegurar o retorno ao trabalho presencial de magistrados e servidores, ressalvadas situações excepcionais devidamente fundamentadas.

É, portanto, imprescindível que o tribunal adote planejamento e monitoramento rigoroso do cronograma físico-financeiro do Contrato 10.033/2025, de modo a assegurar a conclusão tempestiva das adaptações e o retorno integral das atividades presenciais no Fórum Trabalhista de Belo Horizonte. Recomenda-se, ainda, que o trabalho presencial seja mantido como regra em futuras reformas, compatibilizando as obras com o funcionamento das unidades jurisdicionais.

Quanto às providências mediatas e definitivas, o tribunal não apresentou novos encaminhamentos em relação ao observado pela equipe de auditoria. O processo de definição da destinação do Quarteirão 26, em curso há vários anos, envolve complexidades técnicas, jurídicas e financeiras que ainda não foram resolvidas pelo tribunal. As consultas à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e a criação de grupos de trabalho específico demonstram esforços da Administração para reavaliar o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

aproveitamento do imóvel, inclusive com tratativas para elaboração de laudo estrutural mediante apoio de consultoria técnica.

A análise da manifestação evidencia que o tribunal vem adotando medidas para mitigar os problemas de espaço e infraestrutura, conciliando soluções imediatas (locação do imóvel da Rua Paracatu e reformas na Rua Goitacazes) com ações voltadas à solução definitiva, dependentes de decisão colegiada sobre o futuro do Quarteirão 26. Observa-se, entretanto, que o processo decisório e a execução das medidas de caráter mediato ainda estão em andamento, sem definição sobre a destinação final dos imóveis ou cronograma formalizado de ações para a solução permanente do problema.

Conclui-se que a manifestação do TRT da 3ª Região demonstra avanços e comprometimento da Administração na busca por solução adequada, mas o achado permanece válido, uma vez que ainda não há decisão institucional sobre o aproveitamento do Quarteirão 26 nem planejamento consolidado que assegure solução definitiva para a alocação das varas do trabalho da Capital.

OBJETOS:	<ul style="list-style-type: none">• Prédio próprio da União, RIP 4123.00198.500-8, com 19 pavimentos, 12.112 m², avaliado em R\$ 38.095.389,90 e localizado na Rua Goitacazes, 1.475, no bairro de Barro Preto;• Imóvel situado na Rua Paracatu, 304, Barro Preto;• Imóveis que compõem o chamado Quarteirão 26;• Despacho de autorização da Presidência do TRT da 3ª Região, em 13/2/2023, de forma excepcional e provisória, para o trabalho remoto exclusivamente nas varas do trabalho e nas unidades localizadas no Fórum Trabalhista de Belo Horizonte, permitindo a realização das audiências no formato telepresencial e a manutenção do "Projeto Piloto de Trabalho Remoto", até ulterior deliberação;• Relatório do grupo de trabalho, composto por servidores ocupantes de cargos de assessoramento e gestão, visando apresentar soluções para a inadequação do espaço físico do fórum da Capital;• Relatório do grupo de trabalho, composto por magistrados de 1º e 2º graus, incluindo integrantes da Administração, e por servidores da área judiciária;• Parecer da Assessoria Jurídica do TRT da 3ª Região nos autos do processo e-Pad 25.841/2024;• A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, mesmo na situação anterior de 4 (quatro) varas do trabalho por pavimento, entendeu razoável a realização de 2 (duas) audiências concomitantes;• Sítio eletrônico do TRT da 3ª Região.
CRITÉRIO:	<ul style="list-style-type: none">• Decisão proferida pelo Col. Conselho Nacional de Justiça, nos autos do PCA 0002260-11.2022.2.00.0000;• Recomendação 24 da Ata de Correição Ordinária da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho realizada no TRT da 3ª Região, no período de 5 a 9 de fevereiro de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	<p>2024;</p> <ul style="list-style-type: none">• Relatório do grupo de trabalho, composto por servidores ocupantes de cargos de assessoramento e gestão, visando apresentar soluções para a inadequação do espaço físico do fórum da Capital;• Relatório do grupo de trabalho, composto por magistrados de 1º e 2º graus, incluindo integrantes da Administração, e por servidores da área judiciária;• Parecer da Assessoria Jurídica do TRT da 3ª Região nos autos do processo e-Pad 25.841/2024;• Resolução CSJT 70/2010;• Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).
EVIDÊNCIA:	<ul style="list-style-type: none">• Relatório do grupo de trabalho, composto por servidores ocupantes de cargos de assessoramento e gestão, visando apresentar soluções para a inadequação do espaço físico do fórum da Capital;• Relatório do grupo de trabalho, composto por magistrados de 1º e 2º graus, incluindo integrantes da Administração, e por servidores da área judiciária;• Parecer da Assessoria Jurídica do TRT da 3ª Região nos autos do processo e-Pad 25.841/2024;• Contrato de locação do imóvel situado na Rua Paracatu, 304, Barro Preto, celebrado entre o TRT da 3ª Região e a empresa E.E.I. LTDA, conforme ajuste 60-001/2025;• Notícia veiculada no endereço eletrônico do TRT da 3ª Região;• Proposta preliminar da empresa R. S. E. DE E. LTDA;• Proposta preliminar da empresa L. E. LTDA;• Termo de entrega dos imóveis em referência pela Secretaria de Patrimônio da União ao TRT;• Estimativa de custos apresentada pela própria unidade técnica de manutenção predial do tribunal;• Registros fotográficos da inspeção nos prédios do quarteirão 26;• Lei 11.608/2007, que cancelou o crédito orçamentário, na ação 0571 1H51 0101, para aquisição de imóvel para o edifício-sede do Fórum Trabalhista em Belo Horizonte e suplementou ação orçamentária da UFMG, no mesmo valor, construção da Escola de Engenharia da UFMG no campus da Pampulha;• Matérias jornalísticas veiculadas na Itatiaia e no O Tempo;• Ofício GP 480/2025 (Manifestação TRT20);• Manifestação do TRT.
CAUSA:	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de plano de retorno das atividades de audiência presencial, na unidade I do Fórum de Belo Horizonte, tempestivo e que observe o menor prazo possível, dentre as alternativas viáveis, em consonância com a recomendação 24 da Corregedoria-Geral da Justiça do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	<p>Trabalho;</p> <ul style="list-style-type: none">• Ausência de diretrizes institucionais claras e tempestivas quanto à destinação do Quarteirão 26;• Indefinição sobre a integridade física dos imóveis do Quarteirão 26 e demora na contratação de laudo técnico especializado.
EFEITO:	<ul style="list-style-type: none">• Aumento do interregno temporal em que as práticas de audiência, no âmbito da unidade I do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte, estarão em desconformidade com a decisão proferida pelo Col. Conselho Nacional de Justiça, nos autos do PCA 0002260-11.2022.2.00.0000 e com a Recomendação 24 da Ata de Correição Ordinária da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho realizada no TRT da 3ª Região, no período de 5 a 9 de fevereiro de 2024;• Subutilização prolongada de imóvel público de elevado valor patrimonial, sem agregação efetiva de valor institucional ou social;• Deterioração dos imóveis localizados no Quarteirão 26 em razão da falta de uso pleno, ausência de manutenção adequada e da deterioração progressiva das estruturas;• Comprometimento da imagem institucional do TRT da 3ª Região, decorrente da percepção de inação, morosidade decisória e ineficiência na gestão do Quarteirão 26.
PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO:	<ul style="list-style-type: none">• Alertar a Secretaria de Engenharia do TRT da 3ª Região de que o monitoramento sistemático do cronograma físico-financeiro e das etapas de execução do Contrato 10.033/2025 é essencial para garantir a conclusão tempestiva das adaptações e o retorno integral das atividades presenciais no Fórum Trabalhista de Belo Horizonte;• Alertar a Presidência do TRT da 3ª Região de que suspensões amplas das atividades presenciais durante futuras reformas pode contrariar as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça estabelecidas no PCA 0002260-11.2022.2.00.0000.

Brasília, 22 de outubro de 2025.

SONALY DE CARVALHO PENA

Supervisora da Seção de Auditoria
de Gestão de Bens Imóveis
SAGBIM/SECAUDI/CSJT

JOSÉ TADEU TAVERNARD LIMA

Secretário de Auditoria
SECAUDI/CSJT



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2. GLOSSÁRIO DOS TERMOS UTILIZADOS NO RELATÓRIO

- a. Achado - Qualquer fato significativo, constituído de quatro atributos: situação encontrada, critério, causa e efeito. Decorre da comparação da situação encontrada com o critério e deve ser devidamente comprovado por evidências juntadas ao relatório.
- b. Situação encontrada - Situação existente, identificada e documentada durante a fase de execução da fiscalização. Deve contemplar o período de ocorrência do achado.
- c. Objeto - Documento, projeto, programa, processo ou sistema no qual o procedimento foi aplicado e, porventura, o achado será constatado. Exemplos de objetos: contrato, folha de pagamento, base de dados, ata, edital, ficha financeira, processo licitatório, orçamento.
- d. Critério - Legislação, norma, jurisprudência, entendimento doutrinário ou ainda, no caso de auditorias operacionais, referenciais aceitos e/ou tecnicamente validados para o objeto sob análise, como padrões e boas práticas, que a equipe compara com a situação encontrada. Reflete como deveria ser a gestão.
- e. Evidências - Informações obtidas durante a fiscalização no intuito de documentar os achados e de respaldar as opiniões e conclusões da equipe, podendo ser classificadas como físicas, testemunhais, documentais e analíticas.
- f. Causas do achado - Atos; fatos; comportamentos; omissões ou vulnerabilidades, deficiências ou inexistência de controles internos que podem ter contribuído para a divergência entre a situação encontrada e o critério. As causas do achado negativo conduzem a equipe a identificar os responsáveis pelo ocorrido.
- g. Efeitos do achado - Consequências para o órgão/entidade, para o erário ou para a sociedade, resultantes da divergência entre a situação encontrada e o critério. Os efeitos do achado indicam a sua gravidade ou ainda eventuais benefícios no caso de achados positivos. São subdivididos em duas classes: os efeitos reais, ou seja, aqueles efetivamente verificados, e os efeitos potenciais (riscos), aqueles que podem ou não se concretizar (ACÓRDÃO 1.292/2003 - P).
- h. Proposta de Encaminhamento: são consignadas as medidas preventivas, corretivas, processuais ou materiais que a equipe avalia que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho deva determinar ou recomendar ao Órgão auditado.